

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A TRAJETÓRIA DESENVOLVIMENTISTA CHINESA E OS  
ASPECTOS DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA

ANDRÉ KA LO LUI

Florianópolis  
2010

ANDRÉ KA LO LUI

A TRAJETÓRIA DESENVOLVIMENTISTA CHINESA E OS  
ASPECTOS DO COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para a  
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Professor Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno André Ka  
Lo Lui na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----  
*Prof. Helton Ricardo Ouriques*

-----  
*Prof. Graciela de Conti Pagliari*

-----  
*Prof. Marcos Alves Valente*

## **RESUMO**

Esse trabalho examina a trajetória desenvolvimentista chinesa no passar das últimas décadas. A partir de políticas adotadas pelo PCC, o país composto por mais de 1,3 bilhões de habitante pôde vivenciar uma realidade de ascensão econômica bastante distinta daquela existente nos anos pós II Guerra Mundial. Sendo assim, busca-se abordar os fatores que fazem da China um país de destaque no cenário político-econômico mundial. De forma a permitir ao leitor esclarecimentos sobre atuais conjunturas apresentadas pelo país e também a sua relação com o Brasil.

**Palavras Chaves:** China, Comércio Bilateral, Ascensão Econômica Chinesa.

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	6
1.1 Tema e Problema .....	6
1.2 Objetivos .....	8
1.2.1 Objetivo Geral .....	8
1.2.2 Objetivos Específicos .....	9
1.3 Justificativa .....	9
1.4 Metodologia .....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	12
3 O INÍCIO DA ERA MAO EM 1949.....	15
<i>Tabela 3.1: Crescimento do PIB real dos 1953-57 (%)</i> .....	18
3.1 O Grande Salto Adiante .....	18
3.2 O Processo da Revolução Cultural Proletária .....	19
3.3 Entrada de Deng Xiaoping ao poder e início das reformas econômicas na China..	21
3.4 Reformas na indústria e criação das ZEE .....	27
3.5 Fluxo de investimento direto externo .....	31
3.6 Comércio Exterior .....	39
4 - A QUESTÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: MIGRAÇÃO, AUMENTO DO MERCADO CONSUMIDOR E POUPANÇA. ....	43
4.1 Diminuição da pobreza .....	43
4.2 Migração Interna .....	45
4.3 Classe Média .....	48
5 – RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA .....	56
5.1 Comércio Brasil China.....	58
5.2 Principais empresas brasileiras no comércio Brasil-China .....	63
5.3 Perspectivas futuras para a relação comercial entre Brasil e China. ....	65
5.4 Bens e serviços ainda pouco explorados pelo mercado exportador brasileiro .....	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
7 REFERÊNCIAS .....	71
ANEXOS .....	74

# 1 INTRODUÇÃO

## *1.1 Tema e Problema*

O atual sucesso obtido pelas reformas econômicas praticadas por Deng Xiaoping há três décadas, ainda causa espanto para os olhos da sociedade mundial. O incrível salto obtido nesses últimos anos saindo da posição do país mais pobre do mundo no período pós II Guerra para hoje se configurar entre as maiores potências mundiais tem uma explicação.

A resposta para o sucesso desenvolvimentista chinês não passa pela “ação espontânea da mão invisível no mercado” defendida pelas correntes dos economistas liberais, ela é resultado de um conjunto de estratégias e políticas bem definidas e implantadas com o intuito de desencadear uma modernização econômica que conduziu a China ao poderio econômico.

Todo este sucesso econômico se fundamenta no processo de abertura econômica chinesa praticada por Deng Xiaoping no fim dos anos 70, o qual teve como bases fundamentais os projetos de modernização na agricultura, na indústria e comércio, ciência e tecnologia além da defesa militar, plano este que mais tarde se chamaria de “socialismo com características chinesas”. Desencadeou-se assim, o processo de industrialização no país, juntamente com o aumento no incentivo ao trabalho assalariado e expansão do mercado interno assim como a criação das Zonas Econômicas Especiais no litoral, capacitando uma forte entrada de capital externo nessas regiões.

Hujing (1994) afirma que os indícios desse movimento de progresso econômico já podiam ser constatados nos primeiros anos de sua elaboração, para isso mostra um estudo do Banco Mundial.

“A despeito dessas mudanças e viradas de rota que engendraram algumas dramáticas flutuações econômicas, houve um substancial progresso em direção aos dois objetivos principais (a industrialização e a redução da pobreza). A industrialização foi muito rápida, principalmente como resultado de um elevado ritmo de investimentos. A parcela da indústria no PNB (cerca de 40%) é atualmente similar a média dos países em desenvolvimento de renda média. E o maior sucesso da China durante as últimas três décadas foi haver conseguido uma melhoria bem mais acentuada no atendimento das necessidades básicas dos

grupos de baixa renda, em comparação à maioria dos demais países pobres.”  
(Banco Mundial apud HUIJING 1994, p.25)

O país mais populoso e que tinha a economia mais fechada do mundo, depois da morte de Mao Zedong passou a conquistar margens crescentes de participação no comércio mundial. O esforço que a China fez nos últimos 30 anos foi surpreendente, pois elevou substancialmente o nível educacional da sua população, progrediu rapidamente no aspecto científico e tecnológico, manteve as maiores taxas de crescimento econômico do mundo, retirou mais de 400 milhões de chineses dos níveis de pobreza absoluta e aumentou significativamente o Índice de Desenvolvimento Humano, reduzindo a sua diferença para o restante dos países em desenvolvimento como o Brasil.

Todas estas reformas foram baseadas no plano de desenvolvimento através do mercado, todavia mantinha-se uma peculiaridade chinesa ao se introduzir o capitalismo no país. Era claro que seria de extrema importância o uso de ferramentas de mercado para a expansão econômica chinesa. Todavia o choque de liberalismo poderia ser altamente prejudicial a uma economia que há tantas décadas se via com suas fronteiras fechadas para o restante do mundo, em contrapartida o poder centralizador de controle da economia nos moldes adotados por Mao Zedong, atrapalhariam o progresso econômico da mesma forma.

A maneira encontrada foi um controle indireto dos mercados em que estes, por conseguinte, direcionariam as empresas. Foi desta maneira que o desenvolvimento econômico chinês ganhou alcance. Baseou-se em um comando político autoritário do Partido Comunista Chinês formando um sistema econômico bastante peculiar e repleto de contradições.

Em uma rápida análise da conjuntura chinesa, percebe-se uma constante alta nas taxas de inflação no decorrer dos últimos anos, como resposta o governo chinês resolveu adotar uma série de medidas para conter este crescimento inflacionário. Dentre elas o congelamento de preços (água, educação, transporte público, saúde etc.), a expansão da oferta de produtos no mercado interno e a redução da alíquota para importação de alguns produtos-chave como grãos, petróleo e aço, conforme explicitado no Relatório elaborado pelo governo chinês em 2008. Estas medidas tendem a favorecer a importação de

commodities, elemento de destaque na pauta de exportações brasileira (Carta da China 2008).

É fato que a inserção da produção chinesa no mercado mundial foi estabelecida através de manufaturas de menor qualidade que se beneficiavam nos baixos custos de produção para assim competir com vantagens de preços no exterior, todavia essa tendência vem sendo modificada com o passar dos anos. A produção de produtos de alta tecnologia vem adquirindo maior participação na composição das exportações chinesas para o mundo, desmistificando a idéia de que o país seria apenas um competidor no mercado de manufaturas de baixa qualidade.

No que tange ao comércio bilateral sino-brasileiro, destaca-se o déficit apresentado pelo Brasil em 2007 e 2008 depois de um período de seis anos de superávits. As importações do Brasil provindas da China atingiram o valor de 20 bilhões de dólares no ano de 2008 diante de uma receita de 16,4 bilhões de dólares provindas das exportações ocasionando um déficit comercial de 3,6 bilhões de dólares em 2008 com o país asiático. Essa tendência evidencia as condições desfavoráveis para a produção interna do Brasil, aumentando ainda mais a dependência de produtos importados vindos da China, intensificando assim o comércio bilateral.

Em função deste cenário, e a elevada quantidade de elementos que compõem essa relação comercial entre Brasil e China, cabe a elaboração de uma pesquisa para melhor compreensão dos moldes em que esse processo de desenvolvimento se fundamenta no que diz respeito às relações de troca, de produção e outros fatores que compõem o processo de elaboração das mercadorias chinesas e por fim os frutos que esta gera para o resto do mercado mundial, mais especificamente no comércio bilateral entre Brasil e China.

## ***1. 2 Objetivos***

### ***1.2.1 Objetivo Geral***

Identificar o conjunto de fatores que compõem a trajetória desenvolvimentista da China, englobando também aspectos referentes às transformações sociais, políticas e econômicas que este processo gerou no país, assim como a relação bilateral de comércio exterior entre Brasil e China.



### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- a) Verificar de que maneira o conjunto de reformas adotadas pelo PCC no decorrer dos anos interferiu na sociedade chinesa, tais como: alterações nos fluxos migratórios, elevação da renda per capita e etc.
- b) Analisar a relação comercial existente entre Brasil e China, ou seja, os produtos pelos quais os exportadores brasileiros penetram na economia chinesa e vice-versa. Assim como verificar as principais empresas brasileiras atuantes nesse intercambio comercial.
- c) Buscar eventuais potencialidades no mercado nacional. Ou seja, bens e serviços ainda pouco explorados pelo setor exportador brasileiro que poderiam aumentar e/ou diversificar a participação brasileira no mercado interno chinês.

### *1.3 Justificativa*

As questões que se referenciam ao crescimento da economia chinesa e as conseqüências que isto gera para o restante do mundo, vêm adquirindo importância crescente com o decorrer dos anos. As transformações ocorridas nas décadas anteriores acabaram por desencadear movimentos sociais, políticos e econômicos jamais vistos na história. Estes, por conseqüência, têm reflexos presentes no cenário brasileiro e geram resultados tanto positivos quanto negativos para o mercado nacional. Surge a partir deste contexto uma maior necessidade da compreensão deste processo de abertura econômica chinesa e a sua relação com o mercado brasileiro

O economista André Gunder Frank afirmava em seus discursos a respeito do processo de desenvolvimento chinês: “Parece-me muito provável que a Ásia. Em particular a China, recupere o seu lugar e o seu papel predominante no mundo, e que já era seu por direito, pelo menos entre 1300 e 1890 “(FRANK, 2003, p.25).

Diante destes aspectos, é de grande importância a elaboração de uma pesquisa visando uma melhor análise dos motivos que levaram a economia chinesa a obter níveis de crescimento econômico elevado nessas últimas décadas. Assim como contribuir para o debate acerca das inúmeras transformações que têm ocorrido na China, comparando com

a situação brasileira assim como maximizar os benefícios adquiridos pelo Brasil da relação de comércio exterior exercida com o país asiático.

#### ***1.4 Metodologia***

A pesquisa tem o intuito de analisar o processo de desenvolvimento chinês iniciado desde o fim da década de 70 e em seguida encontrar as conseqüências geradas por este processo na relação de comércio bilateral existente entre Brasil e China.

A forma de investigação desta pesquisa é classificada como analítica, sendo assim utiliza-se de dados qualitativos e quantitativos para elaborar uma explicação sobre um determinado contexto. Segundo Bocchi (2004):

“O método analítico consiste na própria necessidade de analisar o objeto de pesquisa em suas partes e elementos internos, além dos fatores externos que lhe condicionam, buscando uma relação de causa e efeito que torne mais clara a condição de sua existência. Sendo assim, o método analítico em si diz respeito à própria atividade de pesquisar o objeto em si e/ou em seu contexto.” (Bocchi, 2004)

A presente pesquisa se delimita entre o período de entrada do Partido Comunista Chinês ao poder até o ano de 2010. Para isso, serão necessários estudos referentes aos processos históricos que contextualizam a atual conjuntura política, econômica e social do Estado chinês e também a exposição de referenciais numéricos que evidenciam a evolução do processo comercial existente entre este país e o Brasil.

No que se refere à evolução histórica, vale destacar a questão do processo de abertura comercial da China e a mudança que esta proporcionou no futuro da nação. O objetivo é a explicação de como este processo acabou por alterar não somente os rumos da nação, mas também de todo o mundo.

As análises referentes às relações comerciais existentes entre os dois países serão realizadas através da obtenção de dados dos sites da Câmara do Comércio Brasil-China (CCBC), Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), Organização Mundial do Comércio (OMS) entre outros órgãos. Através destes, serão elaborados alguns objetivos a serem explorados. O primeiro objetivo é o de demonstrar a evolução da balança comercial entre

China e Brasil num contexto de crescimento econômico de ambas as nações e a sua caracterização de países emergentes.

Posteriormente, objetiva-se analisar a evolução econômica chinesa no que se refere à expansão do comércio, abrangendo também a pauta de exportação e de importação. Abrange as necessidades crescentes do mercado interno chinês de insumos, tecnologias e demais fatores que proporcionem a manutenção do ritmo acelerado de crescimento.

E por fim, uma análise dos rumos que esta ascensão pode alcançar e a modificação da ordem mundial, recorrendo a fonte bibliográficas de autores que tratam sobre este tema, como: ARRIGHI (2008); STORY (2004); CASTELLS (2002) entre outros.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os debates com relação ao rápido impulso desenvolvimentista ocorrido no leste asiático se tornam a cada dia mais freqüentes. O crescimento econômico chinês, por exemplo, obteve taxas elevadíssimas desde as primeiras políticas implantadas no início da abertura comercial. Juntamente desta expansão chinesa observou-se um acompanhamento deste impulso desenvolvimentista no leste asiático como um todo. Para se ter maior clareza, de acordo com (CASTELLS, 2002), a participação desta região no PIB mundial nos anos 50 representava apenas 19% do total, já em 1996 esta participação havia aumentado consideravelmente passando para 33% da participação do PIB mundial.

As fronteiras chinesas estiveram fechadas para os “estrangeiros”, na maior parte de sua história. Somente depois de quase três décadas de controle social ditatorial e de resultados econômicos insatisfatórios, em 1978, a China abriu suas fronteiras para o “mundo”. Entendeu-se, nessa época, que o investimento externo e o comércio internacional poderiam trazer o tão necessitado desenvolvimento tecnológico e econômico para o país (CHUNG, 2005).

Esta abertura se deu gradativamente. O Estado chinês através de suas reformas possibilitou a propagação da lógica capitalista no seu território assim como deu incentivos para a entrada de investimentos externos, indivíduos que no período maoísta eram considerados inimigos do Estado, se transformariam nos motores para o desenvolvimento chinês. Aliado a estes aspectos está o conceito de Arrighi de que o capital dos países desenvolvidos no período pós II Guerra acabou por gerar um excesso de capacidade instalada e estagnação persistente nos centros produtivos. O agravamento da super capacidade de produção tende a minar as taxas de lucros gerando como resultado, o agravamento da exploração da mão de obra, busca por diminuição de custos e por mercados subdesenvolvidos em que as leis e as reivindicações sociais contra a exploração são mais brandas.

Os resultados dessa abertura econômica demonstram que em um processo de pouco menos de três décadas observou-se na China uma transição de nação mais pobre

do mundo no período da Segunda Guerra Mundial para se configurar num importante pólo de acumulação sistema capitalista mundial (BRENNER apud ARRIGHI)

Verificou-se um aumento gigantesco na produção de produtos manufaturados; conquista de poder de competitividade com base nos custos de produção e eficiência e também uma ampliação do seu mercado interno que passou a atrair investimentos externos de todas as partes do mundo (CASTELLS, 2002).

A questão do desenvolvimento e sua definição são de grande importância para o entendimento das políticas adotadas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), entende-se por desenvolvimento ocorrido na China, a definição de Castells (2002):

“Um Estado é desenvolvimentista quando estabelece como princípio de legitimidade a sua capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento a combinação de taxas de crescimento econômico altas e estáveis e a mudança estrutural do sistema produtivo tanto no âmbito interno como nas relações com a economia internacional.” (CASTELLS, 2002)

O Estado desenvolvimentista nasceu da necessidade de sobrevivência e no período posterior cresceu com um projeto nacionalista, afirmando a sua identidade político-cultural no cenário mundial (CASTELLS, 2002)

A premissa do desenvolvimento chinês está atrelada a modernização e a abertura internacional, ideal este defendido nas políticas deliberadas do governo. Ao mesmo tempo, o PCC busca inúmeras ferramentas que visam evitar que os preceitos “do liberalismo” contaminem os “valores socialistas” da sociedade. Para isso usa das mais diferentes formas de regulação e coerção. É a tentativa de proporcionar uma nova forma de desenvolvimento econômico, introduzindo as premissas do modelo de acumulação capitalista num sistema que se intitula comunista e age de forma autoritária, caracterizando este modelo como único, denominado de “capitalismo com características chinesas”. Segundo Castells (2002):

“Tal Estado baseia-se na premissa de uma autonomia relativa ambígua. Autonomia relativa perante a economia global, tornando as empresas do país

competitivas na esfera internacional, mas controlando o comércio e os fluxos financeiros. Autonomia relativa em relação à sociedade, reprimindo a democracia e construindo a democracia com base mais na melhoria nos níveis de vida do que na participação dos cidadãos nos rumos a serem seguidos.” (CASTELS, 2002)

O sucesso do crescimento econômico chinês está na capacidade de juntar de forma harmoniosa as características de baixo custo presenciadas no seu mercado interno com a alta capacidade de penetração de suas mercadorias no mercado externo. No que refere aos fatores internos que geram vantagens competitivas estão: a especialização de determinadas regiões na produção de uma determinada mercadoria, inúmeros incentivos fiscais para o investimento em produção, a mão de obra qualificada e barata, escala de produção além de uma infra-estrutura toda voltada para a exportação. Nos fatores externos reside a taxa de câmbio atraente que favorece a importação dos produtos da China, a logística de distribuição das empresas chinesas em todo mundo entre outros.

“A China está vencendo porque é capaz de fabricar a custo mais baixo as mesmas coisas que “outros” fabricavam. Consegue transformar mercadorias antes caras em produtos acessíveis graças a sua capacidade de assimilar e reproduzir rapidamente as tecnologias que deram certo em todo o mundo. Os empresários “copistas” da China são capazes de adaptar praticamente qualquer indústria e produzir mercadorias de qualidade com a mais alta tecnologia, utilizando a sua força de trabalho farta e disposta” (FISHMAN, 2006).

Com um PIB de US\$ 4,32 trilhões em 2008 a China se configura entre as quatro maiores economias do mundo. O ritmo de crescimento da China leva a crer que em dez anos, se continuar crescendo, sua economia poderá empatar em tamanho com a dos EUA. Pelas estimativas da Organização Mundial de Comércio (OMC) o país será, ao final de 2010, o maior exportador do mundo<sup>1</sup>.

Existe um movimento cada vez mais visível de empresas brasileiras que partem para o caminho que já vem sendo trilhado pelas grandes empresas há algum tempo. Fabricantes de pequeno e médio porte já estão em um constante movimento de busca e negociações para se aliar com parceiros chineses. Muitos deles já transferiram parte ou toda sua produção para a China em busca de todas as vantagens oferecidas por esse país,

---

<sup>1</sup> Informação disponível em [HTTP// www.wto.org](http://www.wto.org), dados referentes ao comércio exterior da China.

se relacionam das mais diversas formas: sob joint-ventures, comércio bilateral entre outras.

O comércio bilateral Brasil-China apresentou um forte crescimento a partir de desta década, sendo puxado principalmente pelas exportações brasileiras. Como consequência, o Brasil em 2009 deteve um superávit bilateral de US\$ 5 bilhões. A especialização brasileira no comércio bilateral tem se concentrado na exportação de bens de baixo valor agregado e importação de bens mais sofisticados tecnologicamente. A pauta de comércio do Brasil hoje com a China se assemelha em muito à que o país tem com os demais países desenvolvidos, com exportações de produtos pouco elaborados em detrimento de bens de maior valor agregado.

O comércio bilateral entre estas duas potências emergentes traz inúmeras consequências para ambas. No Brasil é observado um forte impacto no mercado de trabalho, haja vista que nos setores em que as mercadorias chinesas são concorrentes potenciais dos produtos brasileiros, principalmente nas manufaturas com nível de tecnologia mediana, os impactos são visíveis. Todavia, existe um aumento significativo das taxas de emprego nos setores que produzem bens de baixo valor agregado com baixo conteúdo tecnológico e intensivo em mão de obra, são os setores de extrativismo mineral e agropecuário. Produtos que coincidem no bruto das exportações brasileiras para a China.

A manutenção das altas taxas de crescimento econômico da China e as suas consequências no Brasil ainda é incerta. O sucesso de ambos os lados depende de inúmeras variáveis, a forma de inserção do Brasil no comércio exterior, a manutenção das políticas expansionistas do governo chinês assim como outros fatores que serão analisados mais adiante.

### **3 O INÍCIO DA ERA MAO EM 1949**

A consolidação da China nos moldes atuais de maior integração política e econômica com o restante do mundo não se deu de forma repentina. A abertura do

mercado chinês conduzida atentamente pelas mãos do Estado, apesar de datada nos fins dos anos 70, teve suas bases possibilitadas em períodos anteriores, mais precisamente com ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder.

A República Popular da China teve a sua fundação no ano de 1949 sob o comando de Mao Zedong com a proposta de reformas capazes de modificar as estruturas sociais, políticas e econômicas em que se situava o Estado chinês. A primeira vertente englobava códigos e condutas que prometiam aos cidadãos chineses liberdade de expressão, direitos igualitários para todos, educação adequada capaz de inserir os cidadãos nos futuros projetos elaborados pelo partido e assim gerar melhorias na qualidade de vida e abandono das condições servis em que se encontravam os habitantes após anos de governo nacionalista. Na política, o PCC prometia um maior diálogo com nações que estivessem dispostas a aceitar a soberania do PCC na condução das decisões nacionais.

Este fato pôde ser percebido desde o princípio com a aproximação da URSS nas relações diplomáticas entre os dois países. Foi baseado no modelo soviético que Mao buscou implantar os moldes de organização administrativa, desenvolvimento de estratégias e direcionamento dos investimentos. O programa de reestruturação projetava também uma série de reformas no campo, afim de que estas gerassem um aumento de produção capaz de sustentar o desenvolvimento nacional.

No ano de 1953 foi elaborado o primeiro plano econômico de grande impacto, este teria validade de cinco anos e tinha característica de forte centralização do Estado na direção dos projetos, objetivava fortes investimentos na indústria pesada no qual se destacavam os setores de produção de maquinarias, produtos químicos, energia elétrica, mineração e siderurgia. Como sugere Spence (1990)

“Esse foi o período de colaboração mais íntima entre China e URSS. Milhares de assessores técnicos soviéticos ajudaram na construção de fábricas, no planejamento industrial, desenvolvimento de energia hidrelétrica, extensão de rede ferroviária e até na arquitetura urbana, onde suas estruturas maciças não se harmonizavam com a paisagem urbana chinesa. A técnica soviética para o crescimento industrial rápido resumia-se em cinco elementos: ênfase na necessidade de crescimento alto durante todo o período do plano; concentração na indústria pesada como fator de crescimento significativo; insistência em altas taxas de poupança e investimento para tornar esse crescimento possível; transformação institucional na agricultura; e um preconceito a favor de métodos capital-intensivo.” (SPENCE 1990, pág.514)



Ocorreu também neste período uma política de coletivização do campo, na qual realizaria uma intensa distribuição de terras e acabaria por conter o surgimento de uma nova classe de camponeses ricos. Introduziu-se já no ano de 1953 uma regulamentação do Estado obrigando que os excedentes de grãos produzidos pelos agricultores fossem vendidos a preços baixos ao Estado. Esta política tinha como intuito subsidiar o desenvolvimento através do fornecimento de alimentos para a demanda existente nas zonas urbanas e manter as taxas de inflação controladas.

Além dos regimentos estabelecidos para a agricultura, foram realizados também ajustes orçamentários na base estatal e taxações diferenciadas para cada setor da economia. A indústria pesada usufruiria de tributações mais suaves em comparação aos demais tipos de indústria, o comércio arcaria com a carga tributaria mais pesada, visto que era considerado de menor importância nos planejamentos do governo. O sistema bancário era constituído por uma única instituição de cunho público e teria como objetivo fornecer crédito e direcionar os investimentos das empresas nos setores-chave.

Em meados de 1956, Mao deu início a campanha denominada de “O Desabrochar de Cem Flores”

“Que se abram cem flores e que compitam cem escolas.” é a orientação para promover o desenvolvimento da arte e do progresso da ciência e de promover o florescimento da cultura socialista de nosso país. Na arte, podem desenvolver-se livremente distintas formas e estilos e, na ciência, competir livremente diferentes escolas. Consideramos prejudicial ao desenvolvimento da arte e da ciência recorrer a medidas administrativas impondo um particular estilo de arte ou uma determinada escola e proibindo outros. O problema do certo e do errado na arte e na ciência deve ser resolvido mediante discussões livres nos círculos artísticos e científicos e por meio da prática nesses terrenos, não de maneira simplista. Para determinar se uma coisa é certa ou errada se requer amíúde um período de prova. “Na história ocorre com freqüência que o novo e correto não obtém no início o consenso da maioria dos homens, e só consegue desenvolver-se em meio de lutas e vicissitudes.” (MAO ZEDONG 1957)

Com a perspectiva de atrair intelectuais para os projetos de desenvolvimento, acreditava-se que a mescla de diferentes pontos de vista e os debates públicos pudessem apaziguar os ânimos crescentes das classes sociais assim como gerar propostas que viessem a auxiliar o crescimento nacional. O movimento do “Desabrochar das Cem Flores”, todavia, obteve uma consequência oposta. Intelectuais aproveitaram do espaço

disponível para exercer críticas profundas à burocracia do Estado, incitou greves operárias e manifestações estudantis e abriu brecha para infiltração de sabotadores e elementos contra o governo. Todas estas manifestações acabaram sendo combatidas duramente pelo Partido Comunista, os partidários contrários às idéias governistas foram presos ou mandados para trabalhos de reeducação no campo. Em resposta as duras críticas recebidas, o PCC retomou uma linha ainda mais autoritária.

A campanha do “desabrochar das Cem Flores”, todavia, não conseguiu eliminar os ganhos dos índices de desenvolvimento obtidos anteriormente pelo governo. Sendo assim, o Primeiro Plano Quinquenal chegou ao fim de 1957 obtendo resultados bastante significativos, a seguir segue uma tabela demonstrando o crescimento econômico entre os anos de 1953 até 1957.

**Tabela 3.1: Crescimento do PIB real dos 1953-57 (%)**

1953	15.6
1954	4.20
1955	6.80
1956	15,0
1957	6.10

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de China Statistical Yearbook

### ***3.1 O Grande Salto Adiante***

Este projeto foi elaborado em um contexto de dar continuação ao desenvolvimento ocorrido nos anos anteriores cujos níveis de crescimento da indústria pesada foram bastante expressivos. Todavia, a produção agrícola carecia de estímulos que dessem um impulso comparado ao obtido nos outros setores da economia.

De acordo com Spence (1990), os números da produção agrícola de 1957 foram decepcionantes. A produção de grãos aumentou apenas 1% no ano, para um crescimento de 2% da população. As cotas de tecido de algodão tiveram de ser cortadas devido à escassez. Com efeito, embora tivesse cumprido bem as metas, o Plano Quinquenal também revelara desequilíbrios perturbadores no sistema econômico chinês. Diante deste

contexto, Mao decidiu descentralizar as decisões econômicas, deixando para os líderes locais a responsabilidade de liderar os projetos de aumento da produção de grãos cuja meta era obter um crescimento de 250% da produção de grãos até o ano de 1967.

“[...] a realização desses milagres é confiada às massas. A mão-de-obra rural, até então subempregada, será mobilizada e distribuída pelas grandes obras de irrigação, de construção de estradas ou pontes. A força de trabalho assim liberada permitirá o desenvolvimento de infra-estrutura sem a necessidade de utilizar o excedente agrícola. Na prática, esse apelo às massas, lançado num país cujas técnicas modernas ainda estavam aquém do necessário, implicou no fomento aos processos artesanais e às tecnologias intermediárias. A nova estratégia, que se apóia no ardor das massas, nos investimentos em trabalho, nas técnicas tradicionais e nas iniciativas locais, não desloca a importância do papel do Estado, nem dos capitais, da tecnologia ou da planificação. Mas “faz um apelo aos chineses para que utilizem simultaneamente todos os seus recursos, combinem todos os procedimentos, andem sobre suas pernas.” (BERGÈRE, 2002)

Ficava a cargo do Estado prestar uma maior atenção aos projetos de industrialização. Os investimentos neste setor, por exemplo, chegavam a um total de 43,4% do PIB nacional em 1959, as exportações de grãos para a URSS também foram aumentadas com o objetivo de adquirir mais bens de produção.

Os atrativos provindos das zonas urbanas cujo aquecimento econômico se matinha crescente fez com que dezenas de milhões de camponeses migrassem para as cidades ou outros setores que não a agricultura, gerando assim um déficit na mão de obra disponível no campo. Aliado a este fator, um conjunto de variáveis que iam desde erros na contabilidade superestimando o real nível de produção agrícola até imprevistos climáticos que prejudicaram as colheitas, acabaram por ocasionar a morte de mais de 20 milhões de chineses logo após a implantação do Grande Salto Adiante, abalando fortemente as estruturas do PCC.

### ***3.2 O Processo da Revolução Cultural Proletária***

Em meados de 1966, Mao se via fragilizado politicamente devido aos insucessos proporcionados pela política econômica do “Grande Salto Adiante”. Com o objetivo de recuperar o seu prestígio e a liderança suprema dentro do Partido e do país, Mao Zedong

propôs um movimento em massa e extraordinário, chamado de “Grande Revolução Cultural Proletária”.

Foram adotadas medidas severas para combater a burocracia e o conservadorismo que se instalara no Partido Comunista, o que retardava o surgimento de planos inovadores. Mao acusava diversos membros do PCC de conspirarem contra sua legitimidade no comando e contra o desenvolvimento nacional. Usou da frustração de milhares de jovens, distribuindo braçadeiras vermelhas e declarando-os soldados da Guarda Vermelha, para combater os focos reacionários e capitalistas que haviam se infiltrado no sistema. Segundo Spence:

“Os líderes da Revolução Cultural pediam um ataque abrangente contra os “quatro velhos” elementos da sociedade chinesa – velhos costumes, velhos hábitos, velha cultura e velho pensamento –, mas deixavam para a Guarda Vermelha de cada local a iniciativa de aplicar esses termos. Na prática, o que acontecia amiúde era que depois de identificar os alvos mais simples, os guardas vermelhos ansiosos para provar sua integridade revolucionária voltavam contra qualquer um que tentasse deter-los, contra quem tivesse educação ocidental ou negócios com ocidentais e contra todos os intelectuais que pudessem ser acusados de modo de pensar “feudal” ou “reacionário”. (SPENCE, 1990, pág 570)

Neste contexto, verificou-se um amplo questionamento a dirigentes partidários que se opunham ao radicalismo da Revolução Cultural, Mao expulsou diversos membros do Partido Comunista sob alegação de que estes eram traidores do processo de Revolução.

Figuravam nesse grupo importantes personagens como Deng Xiaoping e Liu Shaoqi que ocupavam importantes cargos no governo. Professores e diretores, intelectuais, comerciantes, artistas e diversos outros membros da sociedade foram submetidos a punições e técnicas de humilhação em público. As escolas e universidades tiveram que fechar portas, templos e prédios foram derrubados, até mesmo moradores foram expulsos de suas próprias casas.

Não obstante do clima tenso vivido nas ruas, reivindicou-se a estatização das empresas, o fim dos juros em depósitos dos bancos nacionais e eliminação de qualquer forma de acumulação privada de capital. A relação de parceria existente com a URSS, que já estava bastante abalada, foi de vez abandonada no decorrer do período da

Revolução Cultural. A China decidia nesse momento alavancar seu processo de desenvolvimento por si só e isolada do restante do mundo, foram raras as manifestações de relações internacionais do governo chinês neste período, com exceção da visita do presidente norte-americano Richard Nixon em 1972 que acarretou em um conjunto de tratados de importação de tecnologia estrangeira para a China. Esse isolamento político e econômico chinês perdurou até 1976, período que ocorreu a morte do líder comunista Mao Zedong, culminando em uma mudança de diretrizes na condução do PCC e do país.

### ***3.3 Entrada de Deng Xiaoping ao poder e início das reformas econômicas na China***

O período que marcava o início da década de 70 já dava claros sinais de que grandes modificações no sistema político e econômico iriam ocorrer na China. Isso se justifica pelo fato de que os grandes líderes remanescentes da Longa Marcha que levaram o PCC ao poder e que até então exerciam algum cargo político, encontravam-se em sua maioria fragilizados fisicamente.

Os insucessos ocasionados nos últimos anos no país fizeram com que os potenciais sucessores do poder buscassem alternativas para o desenvolvimento nacional. Os partidários da linha mais radical defendiam a hipótese de manutenção e ampliação do sistema de comunas adotado nos anos posteriores do fim do “Salto Adiante”. Objetivava a mobilização de mais famílias para ofertar mão de obra na produção agrícola, proporcionando a eles doutrinação nos moldes maoístas juntamente de maquinaria, saúde e educação.

Em contrapartida, existia outra ala do Partido Comunista que tinha como objetivo introduzir um crescimento econômico mais dinâmico se acreditava que era unicamente através da absorção dos modelos organizacionais e tecnologias estrangeiras que a China poderia atingir um patamar de desenvolvimento aceitável. Tinha como seus maiores defensores: Deng Xiaoping e Zhou Enlai.

Essa divergência existente no quadro do PCC no início da década de 70 entre defensores de uma base rural e apoiadores de uma economia mais dinâmica só teve fim

com a sucessão de Hua Guofeng na presidência do partido logo após a morte de Mao. Uma das primeiras medidas exercidas por Hua foi a prisão do grupo radical denominado como a “Camarilha dos Quatro” compostas por Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan sob a alegação de que estes foram responsáveis por excessos ocorridos durante a “Revolução Cultural” e também por ambicionarem a tomada do poder. Essa ação acabaria por terminar com a ala causadora de protesto e manipulações dentro do PCC.

Hua Guofeng aliou-se a idéia de que a economia deveria ser sustentada por uma base coletiva composta por camponeses predominantemente pobres ou de baixa renda capazes de pressionar a ascensão do poderio da classe capitalista na sociedade rural. Não deveria haver uma abertura para a economia de mercado ou qualquer mudança política para esse setor.

Hua acreditava que uma modernização na agricultura sobre esses moldes desencadearia ganhos nos demais setores da indústria, defesa nacional, ciência e tecnologia. Hua se baseava no sucesso atingido na produção de grãos na comuna de Dazhai na região norte do país como fonte de suas inspirações e acreditava que essa poderia servir de base para a produção das demais regiões da China.

“Parte do êxito de Dazhai estava em sua autoconfiança e alto rendimento de produção, parte em seus níveis avançados de mecanização. Asseverando que mais de trezentos condados tinham então atingido níveis semelhantes de mecanização e organização, Hua lançou o desafio de que um terço de toda a China deveria chegar a esse nível até 1980. Os condados e comunas que estivessem atrasados deveriam ser estimulados com campanhas políticas intensivas. A produção de grãos deveria continuar a ser o “elo-chave”, mas algodão, óleos comestíveis, suínos, silvicultura e pesca deveriam avançar. O apoio para esse crescimento viria não apenas da mecanização, mas de uma “provisão de oito pontos” que em cada área integraria melhoramento do solo, uso de fertilizantes, conservação de água, gerenciamento de campo e inovações no uso de implementos agrícolas. “ (SPENCE, 1990, pág 598)

O grupo pró-modernização perdeu forças a partir da decisão de Hua em manter o sistema econômico atrelado a base agrária. Foram crescentes os protestos contra Deng Xiaoping (apesar de destituído alguns meses antes dos seus cargos de comando, ainda exercia forte influencia dentro do PCC) e seus aliados. Alegações de que os integrantes

do grupo pró-modernização eram seguidores de uma doutrina imperialista eram constantes, a ponto de acarretar na saída de Deng do cenário político.

O retorno de Deng ao poder ocorreu no ano de 1977, após pressão de diversas províncias mais ao sul da China para restituição dos cargos que antes lhe haviam retirado. No ano seguinte Deng Xiaoping assumiu a liderança da facção dominante do partido, adotou uma política de reformas nos setores chave da economia e uma abertura comercial. Não foram raros os casos em que estudantes chineses foram estimulados pelo governo a buscar capacitação no exterior, assim como ocorreu também a reintegração de membros que antes foram expulsos pelo partido e a contratação de diversos cientistas, técnicos e engenheiros para atuarem nas empresas chinesas.

“É preciso gerenciar a economia com meios econômicos. Se nós não conhecemos a metodologia avançada desse gerenciamento, devemos aprendê-la com quem a conhece, em nosso país ou no exterior. Esses métodos devem ser aplicados não apenas em operações empresariais com tecnologias e materiais recentemente importados, mas também na transformação técnica das empresas existentes. Até podemos começar em campos limitados a introdução de um programa nacional unificado de gerenciamento moderno; digamos, uma região em particular ou um determinado comércio e, a partir daí, levar a aplicação do processo a outras áreas.” (MARTI apud DENG XIAOPING)

A universalização da educação básica estabelecida no período de Mao trouxe ao campo a possibilidade de inúmeros jovens acessarem os meios de aprendizagem social, técnicas de trabalho a serem utilizadas na produção agrícola e, sobretudo doutrinação política. Apesar desse sistema educacional não ter resultado em aumento na produção de grãos, possibilitou uma diminuição da enorme massa de analfabetos existentes até então. As conseqüências no longo prazo, todavia, foram bem mais positivas. Dadas as novas condições políticas e econômicas geradas pós-entrada de Deng no PCC, jovens provindos do campo tinham condição educacional de promover o seu espírito empreendedor. Segundo Kynge (2007):

“Muito dos empresários que, no final dos anos 1990, dirigiam carros da Mercedes, voavam em primeira-classe para o Foro Econômico Mundial em Davos, na Suíça, e mandavam os filhos para as melhores escolas particulares na Grã-Bretanha começaram na base da pirâmide social, no início dos anos 1980.

Na verdade, naquela época, a desventura – especialmente se ela viesse sob forma de desemprego – podia acabar sendo uma bênção. A crise de pagamento provocada em parte pela farrá de gastos no final dos anos 1970 foi igualada por uma crise urbana de empregos. Cerca de sete milhões de jovens instruídos que tinham sido mandados ao interior, para “aprender com os camponeses” durante a Revolução Cultural, no final da década de 1970 e início da de 1980 inundavam as cidades. À medida que eram designados para suas unidades de trabalho, muito daqueles com menor sucesso educacional não conseguiam encontrar emprego, Pequim achou que não tinha outra escolha senão deixá-los envolver-se em negócios privados de pequena monta. Desse modo, os desempregados – e em alguns casos os não empregáveis – do início da década de 1980 puseram o pé numa escada rolante que, no espaço de duas décadas, iria deixar alguns deles no patamar mais alto da riqueza.” (KYNIGE, 2007)

Foi em um discurso realizado na III sessão plenária do XI Congresso em dezembro de 1978 que Deng apresentou o objetivo de realizar quatro grandes modernizações no Estado que acarretariam numa mudança acentuada das condições econômicas e sociais, transformando a China em uma nação socialista moderna e poderosa.

“A realização das “Quatro Modernizações exige grande crescimento nas forças produtivas, que, por sua vez, exige diversas mudanças naqueles aspectos das relações de produção e da superestrutura que não estão em harmonia com o crescimento das forças produtivas, e exige mudanças em todos os métodos de gerenciamento, nas ações e nos pensamentos que estão no caminho desse crescimento. A modernização socialista é, portanto, uma revolução ampla e profunda.” (SPENCE, 1990, pág 613)

Seu objetivo era bastante claro e arrojado, visava através dessas reformas aumentar em quatro vezes a renda per capita da população até o ano de 2000 e quadruplicar novamente a renda em 2050. Os setores que receberiam maior atenção nas políticas do governo seriam a agricultura, defesa nacional, tecnologia e indústria.

Deng iniciou o seu conjunto de reformas primeiramente pela agricultura, o agora comandante do PCC sabia que este setor apresentava características bastante peculiares:

- eram necessárias políticas efetivas para gerar uma produção de grãos adequada capaz de suprir a demanda de alimentos das populações empregadas nos demais setores e evitar que a fome não avassalasse a sociedade em outra oportunidade como ocorrera no período de implantação do “Salto Adiante” na gestão de Mao;



- a concentração de pessoas nas áreas rurais era enormemente maior do que nas áreas urbanas do país, ou seja, qualquer ganho nas condições de vida no campo seria de grande benefício para as taxas de desenvolvimento da sociedade em geral;

- o aprendizado adquirido nas reformas das décadas anteriores poderia servir como ferramenta para as modificações no campo, obtendo apoio e confiança da sociedade na elaboração de planejamentos mais complexos para os demais setores-chave da economia.

O governo extinguiu, através de suas reformas, as antigas comunas e as transformou em unidades produtivas mais capacitadas. As atividades de comércio paralelo dos pequenos excedentes obtidos na produção que antes eram duramente combatidas pelo governo sob alegação de que seriam indícios de uma proliferação capitalista na sociedade, foram novamente estimuladas pelo governo, Deng tinha a crença que essas atividades paralelas juntamente da posse de pequenas propriedades de terras e feiras de comércio seriam necessários para o crescimento da iniciativa privada dentro do país. De fato, ocorreu uma maior flexibilidade em relação aos padrões impostos anteriormente ao setor.

“Em um aceno mais imediato aos camponeses da China, a plenária recomendou que o preço pago pelo Estado pela cota de grãos fosse aumentado em 20% após a colheita do verão de 1979 e que o preço pelo grão colhido acima da cota fosse elevado em 50%. Essa mudança na política de grãos teve efeitos importantes na vida econômica de todos os chineses. Ao mesmo tempo, o pleno propôs que os preços das máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, inseticidas e produtos de plástico necessários ao trabalho agrícola e fabricados por empresas estatais fossem diminuídos entre 10 e 15%.” (SPENCE, 1990, pág 620)

Os subsídios proporcionados pelo Estado, atrelados às condições favoráveis para a produção e comercialização dos excedentes, fizeram com que os camponeses tivessem mais confiança em produzir, tendo em vista que parte do que produziam, agora poderia ser transformado em riqueza. Este novo cenário acabou por fortalecer novamente o comércio interno da China. Não obstante, o Governo Chinês contrabalançava o peso dessas reformas através da obtenção de parte da produção por um preço estipulado previamente através de contratos firmados entre camponeses e Estado, e repassava os grãos adquiridos aos trabalhadores urbanos a baixo custo ou em forma de cesta básica.

Por conseqüência, o aumento da produtividade e eficiência na agricultura teve um incremento significativo, obtendo suprimento abundante de alimentos e diversos outros produtos agrícolas.

**Tabela 3.2: China – Colheita Agrícola**

Ano	Produção de grãos (milhões de toneladas)
1979	332,12
1980	320,56
1981	325,02
1982	354,50
1983	387,28
1984	407,31
1985	379,11
1986	391,51
1987	402,98
1988	394,08
1989	407,55
1990	446,24
1991	435,29
1992	442,29

Fonte: MARTI, 2007

A iniciativa de Deng Xiaoping em promover maior autonomia à classe camponesa no quesito da produção e comercialização dos excedentes agrícolas foi bastante satisfatória. Apesar de uma queda acentuada em uma quantia próxima a 3,5% no primeiro ano de sua implantação, mas devido aos impactos iniciais. Os anos posteriores foram marcados por uma maior adaptação dos camponeses a nova política adotada no campo. Em 1992 já era possível perceber uma evolução no nível de produção de grãos, o valor atingia neste mesmo ano aproximadamente 442 milhões de toneladas, percentual de 33% maior do que as 332 milhões de toneladas produzidas no período das primeiras reformas.

### ***3.4 Reformas na indústria e criação das ZEE***

Com a implantação das reformas no setor da agricultura bem encaminhadas, Deng necessitava dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento através das “Quatro Modernizações”. Uma das primeiras medidas foi a transferência para as empresas estatais de parte das responsabilidades que antes eram exercidas sobre elas pelos órgãos administrativos do governo. Foi o ponto de partida para uma maior descentralização da tomada de decisões para o lado das empresas públicas além de um ganho destas na questão da autonomia para direção de seus objetivos. Em compensação, ficava a cargo dessas empresas estatais a obrigação de ceder parte dos lucros obtidos ao Estado. Essa medida dava início ao fim do controle rígido e central que o PCC exercia sobre a economia.

Segundo Arrighi (2008), com a medida de descentralização do comando e maior autonomia as empresas públicas, o governo incentivou que essas empresas se inserissem em um mercado competitivo, fazendo com que competissem no mercado e estimulando uma modernização dos seus meios de produção cujas instalações se viam ultrapassadas após décadas de protecionismo de mercado na Era Mao. “Na verdade a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e , acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semi privadas e comunitárias recém criadas.” (ARRIGHI 2008)

A necessidade de absorção de novas tecnologias e de modernização do setor produtivo industrial levava inevitavelmente a um caminho de maior exposição da China ao capital estrangeiro, Deng observou o sucesso da província de Guangdong na utilização dos métodos econômicos capitalistas inseridos em um contexto de política socialista. E mandou autoridades do governo à região para que analisassem a viabilidade de expandir esse sistema para outras regiões do país, formando assim uma zona econômica que serviria de laboratório de novas técnicas de administração trabalhista, financeira e de gerenciamento.

Quatro cidades foram escolhidas para compor a primeira zona econômica especial na China no ano de 1979, três delas – Shantou (local de alta concentração de chineses retornados de exterior), Shenzhen (proximidade com Hong Kong), Zhuhai (proximidade

com Macau) – localizadas na província de Guandong e outra na cidade de Xiamen (próxima a Taiwan) situada na província de Fujian. Essas cidades foram estrategicamente escolhidas por se situarem em regiões costeiras, facilitando o acesso à informação, tecnologia, ao *know-how* e principalmente aos investimentos diretos externos e ao comércio exterior. Essas duas províncias também eram importante politicamente, dado ao fato de que o governo ao projetar uma integração econômica entre China e seus vizinhos (HK, Macau e Taiwan), necessitava realizar uma diminuição da disparidade de renda existente afim de que ocorresse um equilíbrio econômico na região.

A idéia proposta pelo governo era de uma região diferenciada, cujos limites se davam através das fronteiras e que em seu interior as atividades produtivas seriam fortemente voltadas à exportação de bens manufaturados.

**Figura 3.1: Criação das primeiras zonas econômicas especiais.**



“As ZEE eram zonas especiais econômicas e não políticas. Sua função era implementar políticas econômicas especiais e um sistema de gerenciamento econômico particular. Seus produtos deveriam ser manufaturados para a exportação dentro de uma estrutura econômica socialista, isto é, embora a região estivesse sob o controle político de um governo marxista que empregava um sistema econômico marxista de controle central, haveria tolerância com a prática limitada local de métodos econômicos capitalistas.” (MARTI, 2007)

As atividades existentes no interior das ZEE deveriam basear-se em condições de mercado, as empresas instaladas nessas localidades teriam livre acesso na estipulação dos preços dos bens produzidos, bem como nos volumes desejados para produção. Foram encorajados a participar desse novo empreendimento; não somente as indústrias de bens

manufaturados, mas também organizações de outros setores como hotéis, redes de varejo, turismo, construtoras etc.

Ao governo central, caberia o papel de facilitar as atividades nas ZEE através de incentivos e subsídios, redução dos impostos, proporcionar uma infra-estrutura adequada para a atividade econômica e reduzir os trâmites burocráticos existentes, além de ofertar uma mão de obra capacitada e obediente. Isso revitalizaria o sistema produtivo; os investidores estrangeiros, em contrapartida, se encarregariam na introdução das novas tecnologias e dos modelos organizacionais, criação de novos postos de trabalho, aumentar o volume das exportações e atração de divisas externas.

Essas iniciativas capitalistas locais de componentes econômicas diversificadas eram caracterizadas principalmente por empreendimentos conjuntos (joint ventures) e por firmas administradas por empresários estrangeiros como únicos proprietários. (Marti, 2007, P.09)

Outro aspecto que merece maior atenção é a questão do custo da mão de obra nas ZEE. Esse foi de início um dos principais fatores da competitividade chinesa. O salário mínimo pago aos trabalhadores de Shenzhen, cidade ao lado de Hong Kong, chegava a ser dez vezes maior que o salário pago em qualquer outra cidade na mesma província de Guangdong. Todavia, ainda era cinco vezes menor do que o valor mínimo pago a um operário pertencente a um dos países componentes dos “Tigres Asiáticos”.

Após uma visita de ao sul do país em 1984, onde as ZEE haviam sido estabelecidas, Deng voltou a Beijing bastante empolgado com os avanços ocorridos na região. Depois de uma série de debates internos no PCC, Deng conseguiu que os benefícios das ZEE fossem estendidos para mais quatorze cidades no litoral, eram elas: Tianjin, Shanghai, Dalian, Qinghuangdao, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beihai.

Entre o ano de 1979 e 1986 a China contribuiu com aproximadamente 25% do seu orçamento direcionado na criação de infra-estrutura dessas zonas econômicas, tendo em vista que eram necessários esforços por parte do governo em um período inicial, pelo motivo de que a entrada de capitais ainda não era suficiente para cobrir todos os gastos.

De acordo com Tatsuki (2003) “O rápido crescimento das cidades componentes das ZEE foi incrivelmente destacado. A produção industrial cresceu muito rapidamente,

chegando a um valor acumulado de 22,7 bilhões de Yuan (seis bilhões de dólares) ou 10,7 vezes nos primeiros oito anos de funcionamento da política de abertura econômica nestas localidades.

O processo de expansão provocado pelas políticas econômicas fica mais evidente se analisarmos a cidade de Shenzhen, esta que em 1980 detinha uma produção industrial de apenas 27 milhões de Yuan, em 1996 chegava ao incrível valor de 142,7 bilhões de Yuan. Essa mesma cidade possuía uma população que beirava os 100 mil habitantes no ano de 1979, mesmo com inúmeras restrições migratórias impostas pelo governo, em 1992 atingia os seus dois milhões de habitantes e em 2009 chegava ao incrível patamar de 8,9 milhões de habitantes.

O desenvolvimento nas demais cidades onde foram atribuídas as políticas econômicas e posteriormente todas as regiões do país foi igualmente impressionante.

“Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltadas para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais.” (ARRIGHI, 2008)

Em resumo, a estratégia de desenvolvimento do PCC desde a entrada de Deng Xiaoping ao poder buscou uma reestruturação do campo, um incentivo da produção industrial através de uma política exportadora, proteção do mercado interno, estímulo ao investimento externo produtivo, formação de grandes conglomerados em forma de joint ventures entre empresas nacionais e estrangeiras, uma política de preços e produção mais flexível e ditada mais pelo mercado. Os setores-chave da economia chinesa, entretanto, ainda teriam grande influência do controle estatal, a exemplo: da mineração, telecomunicações, siderurgia, aviação comercial, petróleo e outros.

### ***3.5 Fluxo de investimento direto externo***

As últimas décadas do século XX foram traçadas por inúmeras modificações no sistema capitalista. Paradigmas econômicos e países que antes eram dados como imutáveis e soberanos tiveram seu domínio posto em debate depois de inseridos em um novo conjunto de fortes mudanças nos padrões competitivos, nas transformações das forças produtivas e da tecnologia e modelos de acumulação de capital. Fatores que trouxeram como consequência um rearranjo da divisão internacional do trabalho, introduzindo novas tendências e acordando nações que antes se viam adormecidas no tempo.

A expansão dos instrumentos financeiros, a internacionalização das empresas visando obterem novos padrões de competitividade e uma maior integração entre mercados capacitou uma explosão dos investimentos externos produtivos. As reformas econômicas na China elaboradas por Deng Xiaoping se adequaram as novas necessidades que agora possuía o capital externo. O processo de abertura do mercado chinês se adequou em grande parte aos padrões financeiros e produtivos internacionais e surgiu como uma maneira alternativa de as empresas estrangeiras se adaptarem ao acirramento da competitividade global.

A China foi de longe o destino principal de IDE entre as nações em desenvolvimento nessas últimas décadas. A distribuição se caracterizou por ser feita de maneira desigual internamente. Cerca de 90% desse capital foi direcionado para as províncias costeiras da China, restando apenas 10% para ser distribuído nas províncias do interior. As regiões que mais se destacaram na divisão dessa fatia de capital externo, foram as províncias de Guangdong, Fujian, Shanghai e Jiangsu. (TATSUKI, 2003)

Em um contexto de melhores condições para recebimento de IDE, a província de Guangdong foi de longe a de maior destaque entre todas na China. Segundo Tatsuki (2003) durante os primeiros anos de abertura econômica (1979-87), a província foi responsável por obter cerca 60% dos IDE ao país, quantia muito superior aos 10% do total recebido pela segunda colocada Fujian. O sucesso das políticas econômicas aliadas à entrada dos investimentos diretos externos é ainda mais surpreendente se analisarmos a evolução da província de Guangdong no decorrer dos anos. O desenvolvimento nessa

região alcançou um valor médio de 14,2% de crescimento do PIB entre os anos 1978 e 1995 em detrimento dos 9,9% nacional<sup>2</sup>. A participação da província de Guangdong que era de apenas 5% no total do PIB nacional; ocupando a sexta posição entre as vinte e três províncias existentes antes do período de reformas, passou para primeiro lugar em 1995 com um total de 9,3% de participação no total do PIB nacional.

A província de Fujian, cuja escolha de uma das suas cidades para compor uma ZEE se deu pela proximidade de Taiwan, aproveitou-se das relações comerciais com seu vizinho para atrair recursos e experimentar o sucesso da rápida expansão econômica.

Os resultados foram igualmente positivos, a província alcançou níveis de crescimento médio de 11% do PIB entre 1980-90 e 19,3% entre 1991-95. Boa parte dos resultados obtido na primeira metade da década de 90 se deu ao sucesso do seu parque industrial, este setor obteve nada menos do que 131% de aumento anual de IDE nesse período, gerando um crescimento de 30,2% da produção industrial.

A pauta de exportação dessa província sofreu uma drástica modificação com a entrada massiva de capital externo. Os bens primários que no ano de 1985 eram responsáveis por 45% das exportações caíram para 20% no fim de 1995 enquanto as exportações de bens manufaturados subiram de 55% para 80% nestes mesmos dez anos. Xiamen, por exemplo, teve suas exportações aumentadas de inexpressivos US\$140 milhões no início dos anos 80 para US\$3,48 bilhões em 1995.

**Tabela 3.3: Dados Macroeconômicos da Província de Fujian**  
(taxa média de crescimento anual em %)

	1980-90	1990-95
PIB	11	19,3
Produção Industrial	17,3	30,2
Produção agrícola	7	10,1
IDE	16,8	131,00

Fonte: Elaboração própria do autor baseado a partir dos dados de Fujian statistical yearbook 2006

<sup>2</sup> China Statistical Yearbook 1995 em <http://www.mofcom.gov.cn>



A década de 1990 representou o período de afirmação do sucesso da política econômica adotada pelo governo central e uma explosão no ingresso de IDE no país, as províncias do interior passaram a exercer um papel mais ativo na economia; se aliavam às ZEE na vinda do capital estrangeiro para alavancar a sua produção industrial<sup>3</sup>. Nesse período a China obteve um aumento de PIB acima de 9,5% ao ano, acumulando um montante de U\$283,1 bilhões em IDE. Com estes índices, o país passaria para a terceira posição entre os maiores recebedores de IDE no mundo e primeiro no que tange ao grupo dos países em desenvolvimento. A participação da China nos fluxos de IDE destinados aos países em desenvolvimento passou de 7,2% entre 1980-1989 para 24% entre 1990-1999. Nota-se que esse país respondeu sozinho por 40% dos investimentos destinados à Ásia durante esse período (Acioly, 2004). A tabela a seguir mostra com maior clareza o salto quantitativo que os IDE adquirem no decorrer da década de 1990.

**Tabela 3.4: Ingresso anual de IDE na China em US\$ bilhões e percentual destes em relação ao PIB**

	1990	1991	1992	1993	1994
IDE	3,48	4,36	11,15	27,51	33,78
IDE/PIB	0,98	1,15	2,64	6,25	6,04
	1995	1996	1997	1998	1999
IDE	35,84	40,18	44,23	43,75	38,75
IDE/PIB	4,92	0,27	4,64	4,29	3,58

Fonte: Banco Mundial

Esses valores evidenciam claramente uma tendência de forte entrada de IDE durante a década de 1990, os valores desse tipo de investimento que no primeiro ano desta década atingia apenas US\$3,5 bilhões multiplicou-se em mais de 10 vezes em 1999.

Em seguida, a tabela 3.5 mostra a distribuição do IDE na China durante os anos de 1995 até 2003. Como citado anteriormente, as províncias precursoras do processo de abertura econômica acabaram obtendo uma fatia maior dos IDE ingressados no país nesse período. Guangdong aparece como responsável por mais de 25% do total investido seguida atrás de Jiangsu, Shanghai e Fujian. Nota-se que todas estas regiões se localizam

<sup>3</sup> A participação das províncias situadas no interior do país passou de quase nula no período que ia até a metade dos anos 1980 para aproximadamente 10% na metade da década de 1990 e 15% no ano de 2003.

na parte litoral do país. A primeira região do interior a configurar na divisão dos IDE é Beijing - mesmo com a importância política e ser forte mercado para indústria, serviços e construção civil – a capital deteve apenas 3,9% dos IDE, evidenciando a grande disparidade existente entre províncias localizadas no litoral e interior da China.

**Tabela 3.5: Distribuição Regional dos IDE**

Províncias	1995 – 2003 (%)
Guangdong	25.1
Jiangsu	15.3
Shanghai	8.5
Fujian	8.7
Shandong	7.1
Beijing	3.9
Zhejiang	4.5
Tianjin	4.1
Liaoning	4.7
Hebei	2
Guangxi	1.4
Hubei	2.2
Hainan	1.4
Hunan	1.7
Jiangxi	1.2
Henan	1.2
Anhui	0.8
Sichuan	1
Heilongjiang	1
Jilin	0.8
Shaanxi	0.8
Chongqing	0.6
Shanxi	0.5
Inner Mongolia	0.4
Yunnan	0.3
Quizhou	0.1
Gansu	0.1
Qinghai	...
Ningxia	...
Xinjiang	...

Fonte: Prasad & Wei (2005)

A origem desse fluxo de IDE em direção a China é outro elemento que merece destaque. O movimento de atração do capital externo na China tem maior influência dos

países vizinhos as suas fronteiras do que propriamente dos países detentores de maior capital disponível para tal. Isso se confirma ao verificarmos que as nações que mais investem produtivamente na China são Hong Kong<sup>4</sup>, Taiwan<sup>5</sup>, Japão, Coréia do Sul, Macau<sup>6</sup> e Singapura detiveram uma parcela de aproximadamente 60,8% do total investido no país no ano de 2004.

### 3.6: Participação dos países no total de IDE realizados na China 2004

Países	%
Hong Kong	31,7
Ilhas Virgens Britânicas	11,5
Coréia do Sul	10,7
Japão	8,7
União Européia	7,3
Estados Unidos	6,9
Província de Taiwan	5,4
Singapura	3,5
Samoa	2,0
Austrália	1,0
Macau	0,8
Outros	10,5

Fonte: elaboração própria do autor baseado nos dados de [www.ceicdata.com](http://www.ceicdata.com)

As informações disponibilizadas na tabela anterior assinalam que boa parte dos IDE à China provêm de países sob alto grau de desenvolvimento, o que sugere que o fluxo de capital e investimentos dessas regiões traz consigo a adaptação de novas tecnologias e *know-how* para a economia chinesa. Outras duas informações merecem destaque na interpretação da tabela. Primeiramente, a aparição de países com baixa importância na economia mundial entre os principais investidores no mercado chinês e também a baixa taxa de IDE - de apenas 14,2% em 2004 - por parte dos Estados Unidos e

<sup>4</sup> Hong Kong, apesar de ser território integrante da República Popular da China, era uma ex-colônia do Império Britânico até 1997. De acordo com a política adotada de "*um país, dois sistemas*", a Lei Básica de Hong Kong fornece a esta localidade um "alto grau de autonomia" em todas as áreas, exceto política externa e defesa. Os investimentos realizados entre Hong Kong e as demais localidades da China Continental são contabilizados como investimentos providos do exterior.

<sup>5</sup> O estatuto político de Taiwan é controverso. A República Popular da China considera Taiwan como parte do seu território soberano, e que a República da China é uma entidade ilegítima. Apesar do debate existente entre a legitimidade do Estado taiwanês ou não, os fluxos de capital originários dessa região são contabilizados pelo governo da República Popular da China como vindos do exterior, situação muito semelhante como a que ocorre em relação a Hong Kong e Macau.

<sup>6</sup> Detém uma condição política e econômica semelhante da apresentada em Hong Kong.

do bloco da União Européia, apesar desses serem grandes parceiros comerciais da China. Prasad e Wei (2005) sugerem uma correlação entre esses dois fatores, os IDE originários de nações menos significativas na economia mundial - Ilhas Virgens Britânicas e Samoa, por exemplo - são na realidade transferências de capital realizadas por empresas americanas e européias que detêm contas bancárias nesses paraísos fiscais, e utilizam de uma política tributária mais branda nesses países para lançar capital para o exterior. Caso essa hipótese seja realmente verdadeira, a participação de EUA e União Européia no total de IDE na China aumentaria para 27,7% do total em 2004.

No que diz respeito ao direcionamento do IDE na economia chinesa, destaca-se uma forte concentração dos investimentos em um conjunto limitado de setores. A tabela a seguir demonstra esse resultado, evidenciando que aproximadamente 61% dos investimentos diretos externos realizados na China no acumulado entre 1991 até 2000 tiveram como ponto de convergência o setor industrial. Quanto ao fluxo de capital direcionado ao setor manufatureiro nesse período, a proporção mais notável nesse setor se encontrou nas áreas de produção de equipamentos eletrônicos e de telecomunicação. O setor de serviços também ganha destaque nessa distribuição de investimentos, chegando a um acumulado de aproximadamente 37% do total.

**Tabela 3.7: distribuição setorial do IDE na China. Acumulado 1991 até 2000**

Setor	%
Agricultura, caça e pesca	0,2
Indústria	60,9
Construção	2,9
Transportes, correios e telecomunicação	2,4
Comércio varejo e atacado	3,5
Imóveis e utilidades	23,6
Saúde, esportes e serviços sociais	0,7
Art. Rádio, filme e televisão	0,3
Pesquisa científica e serviços politécnicos	0,3
Outros	5,2
Total	100

Fonte: Acioly (2004)

Não obstante às expressivas quantias de atração de investimentos diretos externos para dentro de suas fronteiras nessas últimas três décadas, os últimos anos mostram que a China passou a se destacar no caminho inverso desse processo, ou seja, são cada vez mais

comuns os processos de IDE realizados por grandes corporações chinesas em diversas regiões pelo mundo. Esse movimento de busca de novos mercados para investimento por parte das empresas chinesas é cada vez mais incentivado pelo governo nacional como processo de manutenção do ritmo acelerado de crescimento nacional.

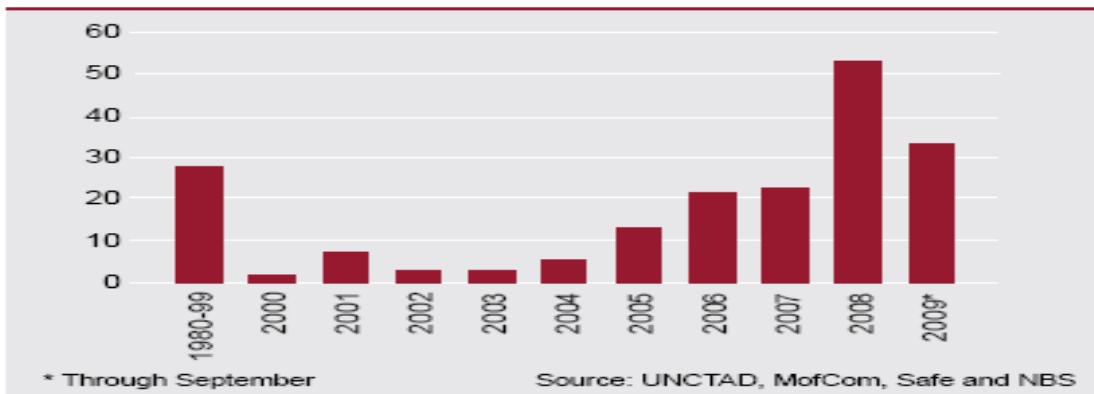
O governo chinês tem atuado fortemente nesse contexto. A elaboração de projetos como “*go global*” e diversos outros que visavam criar estruturas e subsídios capazes de facilitar o IDE das empresas chinesas pelo mundo, demonstram o interesse do governo central em encorajar as grandes empresas nacionais a investir em outros países. As facilidades aliadas à enorme reserva de moeda estrangeira<sup>7</sup> possibilitaram às empresas chinesas desencadear um aumento significativo desse tipo de investimento. Existem cinco fatores principais que motivam as empresas chinesas a investir no exterior: obtenção de recursos naturais, tecnologia, conquista de novos mercados, consolidação da marca e diversificação.

Os principais destinos para o ingresso dos IDE chinês são países com alto grau de desenvolvimento como EUA, Hong Kong, Austrália entre outros. Estes englobaram um total de 62% do total investido até 2008. Os IDE nesses países foram realizados na maioria das vezes em forma de participação nos centros de pesquisa e elaboração de projetos agregadores de tecnologia. Países do continente africano e a América Latina também ganharam importância na pauta de IDE chineses por deterem fontes abundantes de matéria prima e recursos naturais. De acordo com um estudo realizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China, o valor dos IDE chineses no exterior desde os anos 1980 foi de US\$187 bilhões sendo 75% realizado apenas nos últimos cinco anos. A quantia referida anteriormente ainda é pouco significativa se comparada aos ingressos realizados na China nesse mesmo período.

---

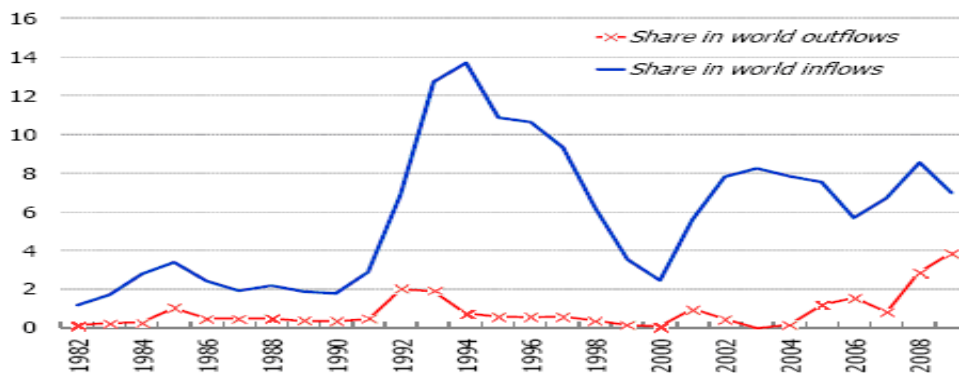
<sup>7</sup> De acordo com a base de dados disponibilizada pelo Banco Mundial, as reservas internacionais do governo chinês que eram de US\$36 bilhões em 1990 atingiram a quantia de US\$1.96 trilhões em 2008.

**Figura 3.2: Investimento Direto Externo Realizado pela China, em bilhões de dólares.**



A figura posterior evidencia a evolução da participação chinesa no montante de IDE realizados no mundo. Os ingressos de IDE na China apresentaram uma grande variação no decorrer dos anos, chegando a quase 14% em 1994 e se estabilizando em patamar de 7% em 2008. Os IDE originários da China confirmam uma tendência ascendente por parte das empresas chinesas em investir além de suas fronteiras como estratégia de globalização. O percentual desse tipo de investimento passou de níveis irrisórios no ano de 2004 para 4% do total realizado mundialmente no ano de 2008.

**Figura 3.3: Participação chinesa no fluxo mundial de IDE, 1980 – 2008 (%)**



Fonte: FMI, China: Share in world FDI flows

### ***3.6 Comércio Exterior***

A vertente de comércio exterior avançou rapidamente na China, principalmente após a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. A China encerrou 2008 com exportação recorde de US\$ 1,42 trilhão, aumento de 17,3% em relação ao ano anterior. As importações, por sua vez, somaram aproximadamente US\$ 1,23 trilhão no acumulado anual, representando crescimento de 28,6% em relação a 2007.

Os bens industrializados se destacam no comércio externo chinês. A exportação desse tipo de produto atingiu mais de US\$1 trilhão enquanto as importações foram de US\$ 712 bilhões. Os valores citados anteriormente fizeram com que a China avançasse mais uma posição no ranking dos maiores exportadores do mundo, ocupando a segunda posição. Enquanto no que diz respeito às importações, o país manteve-se em terceiro no ano de 2008, atrás somente de EUA e Alemanha<sup>8</sup>.

Segundo Arora (2010) a participação chinesa no comércio mundial era de apenas 1% no início da década de 1980. Esse valor foi aumentado para 8% no ano de 2008. Apesar de sua rápida expansão, os referenciais chineses ainda não são suficientemente altos em nível de competir com os fluxos exercidos pelos EUA no mundo, principalmente no que diz respeito às suas importações, no qual equivalem a menos da metade dos norte americanos. Todavia, é crescente a importância dos fluxos comerciais estabelecidos com China para o crescimento do PIB de outros países.

O crescimento da participação chinesa no comércio internacional é um dos determinantes que comprovam a ascensão do poderio econômico chinês nessas últimas três décadas. A participação da China no fluxo comercial dos países desenvolvidos no próprio continente foi crescente nesse período.

Para se ter uma idéia, segundo Arora & Vamvakidis (2010), as trocas com a China representaram 17,4% do comércio exterior japonês em 2008 contra 3,5% do início da década de 1980. Na Coreia do Sul esse percentual chega a 22,3% e em Hong Kong 47,5%. De modo que a importância da China se apresentou igualmente crescente nas demais regiões do mundo, nos EUA a participação da China nas trocas internacionais

---

<sup>8</sup> Informações a partir da listagem disponibilizada pela Organização Mundial do Comércio.

chega a 12,3%. Na Europa, Oceania e África o percentual chinês no comércio exterior foi igualmente crescente nas últimas décadas.

A ascensão econômica chinesa trouxe à tona novas necessidades e tendências no mercado global, um exemplo desse processo foi o aumento exponencial da demanda chinesa por commodities pelo mundo. A participação do país nesse setor que era praticamente nula em meados de 1980 atingiu 4% em 2000 e em 2008 teve esse percentual duplicado para 8%.

Streifel (2005) sugere que a demanda chinesa por metais é algo realmente impressionante, o país passou a ser um forte *player* global no mercado de commodities metálicos a partir de 1999, ano em que a China teve um forte aquecimento do consumo por esses bens, sendo responsável por 2/3 do incremento da demanda entre os anos de 1999 e 2005. O país é hoje o líder nesse segmento, consome aproximadamente 24% da produção global além de ser responsável por 31% da produção de aço no mundo.

No setor energético, a China é o segundo no ranking dos maiores consumidores, consome 13% da energia mundial sendo a maior parte obtida através da elaboração a partir do carvão mineral, no qual a China é demandante de 1/3 do total consumido no mundo.

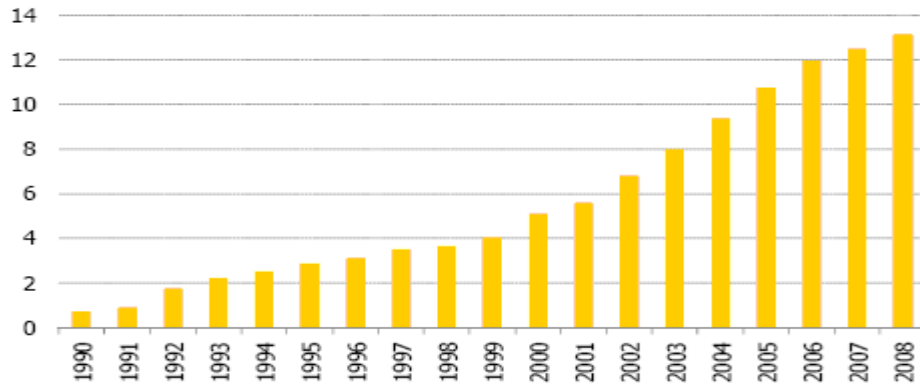
A elevada densidade demográfica do país transfere ao mercado exportador de commodities agrícolas a pressão de alimentar uma quantidade aproximada de 1,3 bilhões de pessoas, assim sendo, faz da China a maior consumidora de trigo, arroz, algodão, borracha e a segunda no mundo de grãos de soja e chá. A evolução econômica do país e a conseqüente melhora do poder aquisitivo da sociedade chinesa acabam por mudar gradativamente os hábitos de consumo da população, fazendo com que essa venha a buscar novos elementos para seu consumo diário, estabelecendo assim, novas tendências para o mercado de commodities mundial.

No caminho oposto ao comércio de bens primários, a participação do país nas exportações mundiais de produtos de média e alta tecnologia também aumentou consideravelmente, de quase nula em 1980 para acima de 13% em 2008; demonstrando a gradativa mudança da pauta exportadora do país, que anteriormente se baseava em produtos primários e que a cada dia obtém percentuais mais elevados de bens



manufaturados de maior valor agregado. Em 2002, por exemplo, a China passou a ser o maior fornecedor de produtos eletrônicos como: DVDs, notebooks e celulares.

**Figura 3.4: Participação chinesa na exportação mundial de produto de média e alta tecnologia**



Fonte: UN Comtrade, em Arora & Vamvakidis (2010) pg. 14

A tabela anterior demonstra com clareza a evolução da pauta exportadora chinesa no que diz respeito aos bens de maior valor agregado. A evolução da participação chinesa nesse mercado desmistifica o conceito tradicional de que os bens exportados pelo país são na sua totalidade de baixa qualidade e durabilidade. Apesar de ainda existirem as produções de baixo padrão na China - derivados principalmente da cópia de marcas de sucesso internacional, uso de matérias primas de menor qualidade, equipamentos fabris pouco efetivos etc. – o uso desse tipo de produto se limita cada vez mais ao seu próprio mercado interno. A participação desses manufaturados é cada vez menor na pauta exportadora chinesa. Em contrapartida, os bens tecnológicos que no ano de 1995 obtinham apenas 10,53% das exportações totais do país tiveram um crescimento bastante satisfatório no final de 2008, compondo 28,66% do total exportado pelo país naquele período.

**Tabela 3.8: Exportações de produtos de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados)**

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
10.53	12.00	12.68	15.08	16.76	18.58	20.57
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
23.31	27.10	29.81	30.60	30.30	29.71	28.66

Fonte Banco Mundial

O rápido aumento do percentual de bens agregados em tecnologia tem uma explicação. A China avança mais rápido do que os demais países do BRIC tanto nos investimentos em ciência e tecnologia quanto no envolvimento do setor produtivo nos esforços de inovação. Os dados disponibilizados pelo Banco Mundial sugerem que os investimentos chineses em pesquisa e desenvolvimento tecnológico passaram de 0,57% do PIB em 1996 para 1,49% em 2007.

**Tabela 3.9: Gastos em P&D na China (% do PIB)**

1996	1997	1998	1999	2000	2001
0.57	0.64	0.65	0.76	0.90	0.95
2002	2003	2004	2005	2006	2007
1.07	1.13	1.23	1.33	1.42	1.49

Fonte: Banco Mundial

## 4 - A QUESTÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: MIGRAÇÃO, AUMENTO DO MERCADO CONSUMIDOR E POUPANÇA.

### *4.1 Diminuição da pobreza*

Como visto anteriormente, a China experimentou um expressivo salto econômico no passar das últimas três décadas. Paralelamente a este processo verificou-se uma mudança significativa nos padrões de vida da sociedade chinesa. Parte desses avanços foi obtida nas áreas rurais, região onde tradicionalmente se encontravam as maiores concentrações de indivíduos vivendo nos níveis abaixo da pobreza<sup>9</sup>.

De acordo com as estimativas fornecidas pelo Banco Mundial, a camada da população que se situava em níveis inferiores a linha de pobreza internacional foi reduzida de 542 milhões de pessoas para 375 milhões entre 1980 e 1990, uma diminuição de 167 milhões (equivalente a 31%) em apenas uma década, enquanto no restante do mundo a diminuição era de apenas 98,3 milhões. A China contabilizava cerca de 29% da população pobre no mundo em 1990, este nível foi reduzido 19,2% em 1999. Esses dados evidenciam acima de tudo a escala com que foram atingidos os objetivos traçados pelo governo em melhorar a qualidade de vida da sociedade.

A explicação para o sucesso da melhora da qualidade de vida da sociedade se fundamenta em alguns aspectos particulares vivenciados pela China nesse período de reformas econômicas.

- **Elevadas taxas de crescimento.** O fator que evidentemente atrai maior destaque é a continuidade na obtenção de taxas de crescimento do PIB nacional, esta que foi acompanhada pelo crescimento do PIB per capita, que se duplicou a cada 8,6 anos entre os anos de 1978 e 2002. Valor historicamente surpreendente se comparado aos das nações que se tornaram potências mundiais nos séculos passados. Foi necessário aproximadamente 58 anos para a Grã-Bretanha ter o seu PIB per capita duplicado (1780-

---

<sup>9</sup> O Banco Mundial considera como indivíduos vivendo abaixo da linha da pobreza, todos aqueles que têm uma renda inferior a U\$1 diário.

1838), 47 anos para os EUA atingirem a mesma marca (1839-1886), 34 anos para o Japão (1885-1919) e 11 anos para a Coréia do Sul (1966-77). (ZHIXIAO, 2003)

- **Rápido processo de urbanização.** A china presenciou uma mobilidade populacional jamais vista anteriormente. Esse processo inclui indivíduos que modificaram registros que os atrelavam à sua cidade natal (*hukou*) e também aqueles que deixaram as áreas rurais para as cidades seja em busca de emprego, educação ou capacitação profissional. Este movimento é caracterizado geralmente pela migração originária do interior do país para as localidades litorâneas onde existem melhores alternativas de ascensão social. Para se ter uma idéia da grandeza desse movimento, entre os anos de 1982 e 2000 quase 207 milhões de pessoas migraram de localidades rurais em direção às áreas urbanas, constituindo um percentual de 45% da população presente nas cidades no mesmo período (o processo de migração será mais bem explicado posteriormente).

- **Desenvolvimento do capital humano.** Os baixos níveis de escolaridade e de condições sanitárias foram fortemente combatidos pelo Estado, conseqüentemente geraram uma melhor qualificação do capital humano e melhora da qualidade de vida da população. Os dados apresentados pelo governo chinês demonstram evoluções bastante satisfatórias nessas áreas.

A parcela de analfabetos da sociedade que era de 22,8% em 1982 e decaiu para 6,7% em 2002. Boa parte desses ganhos foi conseguida nas áreas rurais onde os indivíduos têm difícil acesso ao ensino. Na saúde os resultados foram igualmente satisfatórios, a taxa de mortalidade infantil no ano de 1995 decresceu para 17,8 em 2008<sup>10</sup> enquanto a expectativa de vida da população subiu de 67,77 anos para 73,1 anos entre 1981 a 2008.

- **Programas sociais de combate à pobreza.** As políticas adotadas de cunho social evidenciam o comprometimento do governo chinês em reduzir os altos níveis de pobreza existentes no país. Além da melhoria no ensino e na saúde, buscou-se também alternativas para que a camada com menos poder aquisitivo da sociedade pudesse ter maior acesso aos produtos essenciais para sobrevivência. Uma das maneiras encontradas

---

<sup>10</sup> As estimativas foram retiradas da base de dados disponível na página eletrônica do Banco Mundial e indicam o número de recém nascidos mortos antes de completarem 1 ano de idade.

foi a criação de subsídios. Esses são fornecidos na aquisição de produtos agrícolas pelas famílias mais pobres (principalmente no meio rural) e nas cidades os benefícios são mais perceptíveis na aquisição de material didático a baixíssimo custo e no transporte público, no qual em algumas cidades o subsídio chega a quase 90% do valor da passagem.

#### ***4.2 Migração Interna***

O movimento migratório não é um fenômeno recente na história, a razão principal para a ocorrência desse processo dentro das fronteiras chinesas - a disparidade existente entre campo e cidade - tampouco é novidade na realidade dos países em desenvolvimento. O que distingue o processo migratório chinês dos demais é a grandeza que esse atingiu no passar dos anos e a forma que o governo chinês utiliza para amenizar os efeitos desse rápido fluxo populacional.

Zhao (2003) sugere que o processo migratório chinês antes de tudo é uma conciliação de dois determinantes fundamentais. Nos primeiros anos após o desencadeamento das políticas reformistas por parte do Estado, o fluxo migratório foi composto em sua grande maioria pelo reequilíbrio distributivo das regiões, haja vista que nas décadas em que o Estado era comandado por Mao Zedong houve um grande fluxo migratório “estimulado” pelo governo para que indivíduos saíssem das cidades em direção ao campo com a intenção de fomentar o crescimento da produção agrícola, diminuir a pressão consumidora de alimentos nas cidades ou simplesmente como forma de reeducação sob bases socialistas.

A maior flexibilidade nos anos posteriores a 1979 fez com que os indivíduos antes enviados forçadamente ao campo, se sentissem livres para retomar o caminho de suas cidades de origem.

O segundo determinante do processo de migração interna - já citada anteriormente- é a disparidade entre províncias do leste em relação às do oeste e centro do país ocasionado pelo sucesso do conjunto de reformas econômicas adotadas.

Desde a metade dos anos 1980 a migração originária de regiões rurais em direção as cidades tornou-se um fenômeno constante, Zhao (2003) estima que o número de

migrantes chegue a 45 milhões em 1997, 55 milhões em 1998 e 67 milhões em 1999. Aproximadamente 75% desse total tiveram como destino províncias do leste do país, 15,3% para o oeste e apenas 9,8% para o centro.

Os migrantes rurais possuem em sua maioria apenas o ensino fundamental, são compostos em grande parte por jovens do sexo masculino. As mulheres e indivíduos de etnias minoritárias na China formam uma parcela menos expressiva.

O percentual referente ao sexo feminino no fluxo migratório nos anos 1990 foi de pouco mais de 30%, entre os principais fatores desestimulantes de saída do sexo feminino são os baixos salários (se comparados aos dos homens para elaboração da mesma função) e também pelo motivo de que os maiores demandantes de mão de obra rural são setores tradicionalmente empregadores de homens, a exemplo da construção civil. Os jovens são maioria entre os migrantes, o Censo realizado pelo governo em 2000 verificou que 47,8% dos migrantes camponeses tinham entre 15-24 anos.

Não obstante dos migrantes dos países em desenvolvimento, os migrantes chineses vindos do campo também encontram serias dificuldades em encontrar emprego nos primeiros meses de estadia nas grandes cidades. A direção tomada pela maioria acaba inevitavelmente sendo o setor informal da economia.

Cai (1996) afirma que 72% dos migrantes empregados nas cidades dividem-se em funções no setor industrial e de serviços, 20% na construção civil enquanto 8% exercem atividades próprias. A dificuldade em obter empregos formais nas cidades tem forte relação com o sistema de controle migratório adotado pelo governo (*hukou*). Empregadores e funcionários não pertencentes à região de residência atual possuem dificuldades na contratação, obtenção de subsídios, custos mais elevados, maiores burocracias e etc. fatores que acabam dificultando a efetivação de um emprego legal aos migrantes camponeses.

As barreiras impostas para os migrantes provenientes do campo não só dificulta a proliferação do emprego formal nessa classe, como também se torna o motivo desestimulante para uma permanência prolongada. Elevados custos na criação dos filhos que não possuem o *hukou* urbano, educação e moradia estão entre os maiores empecilhos governamentais, fazem com que extensa maioria dos migrantes abdique de uma residência permanente nessas regiões e retorne as suas cidades de origem. Li (1990) cita

que apenas 44% dos migrantes conseguem permanecer por de mais de 1 ano nas cidades. Song e Jia (1999) acrescentam que a permanência média desse grupo gira em torno de 6,8 meses.

A diferença salarial entre migrantes e locais atinge uma proporção bastante relevante. Zhao (2003) sugere que os rendimentos mensais podem diferenciar em até 135% dependendo do tipo de serviço. Dentre as principais características diferenciadoras dos rendimentos no emprego da população local, se destacam o estado civil do indivíduo e suas ligações políticas *guanxi*. Os principais atributos analisados para o migrante são as experiências na função, idade e nível educacional.

Diante dos fatos, torna-se de extrema importância uma maior flexibilidade por parte do governo do seu sistema de controle migratório (*hukou*) a fim de melhorar a qualidade de vida de uma parcela crescente de migrantes vivendo nas cidades. Todavia, uma drástica queda das barreiras institucionais poderia fazer com que a pressão da massa campesina no mercado de trabalho se tornasse ainda maior.

A tabela a seguir demonstra a evolução do fluxo migratório nas últimas décadas, a parcela de residentes situados nas áreas rurais do país era imensamente maior em relação aos dos pertencentes a áreas urbanas em uma proporção de 76,30% para apenas 23,70% respectivamente. O processo de adaptação das cidades às políticas de abertura de mercado trouxe consigo maior atratividade nas áreas urbanas, caracterizando em um aumento significativo já no fim dos anos 1990.

O fluxo migratório se manteve crescente das áreas rurais para as áreas urbanas durante todo o período de análise totalizando em 44% dos habitantes do país residindo em áreas urbanas comparada a 56% nas áreas rurais no ano de 2006. A taxa de crescimento manteve uma oscilação em torno de 1% a 2% anual, sugerindo que as políticas estatais de controle migratório – se não totalmente eficazes na manutenção do camponês em sua região – conseguiu, ao menos, manter um fluxo equilibrado capaz de evitar intensas pressões demográficas nas grandes cidades.

**Tabela 4.1: Distribuição Rural/Urbana da população chinesa em 1985/2006 (%)**

Ano	Urbana	Rural
1985	23,70	76,30
1986	24,50	75,50
1987	25,30	74,70
1988	25,80	74,20
1989	26,21	73,79
1990	26,41	73,59
1991	26,94	73,06
1992	27,46	72,54
1993	27,99	72,01
1994	28,51	71,49
1995	29,04	70,96
1996	30,48	69,52
1997	31,91	68,09
1998	33,35	66,65
1999	34,78	65,22
2000	36,22	63,78
2001	37,66	62,34
2002	39,09	60,91
2003	40,53	59,47
2004	41,76	58,24
2005	42,99	57,01
2006	43,90	56,10

Fonte: China statistical yearbook, National Bureau of Statistics

### **4.3 Classe Média**

Um elemento constantemente presente na maioria dos debates referentes à recente ascensão econômica chinesa é a atratividade do mercado consumidor interno derivado do rápido crescimento de renda nas últimas décadas, que por consequência proporcionou a uma parcela da sociedade maior capacidade de adquirir produtos e serviços que até então eram inimagináveis.

O tamanho da classe média chinesa, sobretudo o seu potencial de crescimento é um elemento que gera enorme atração de multinacionais ao país, essa visam abocanhar uma parcela desse mercado emergente cujo horizonte de crescimento se mostra bastante promissor.



Brandenburg (2008) cita um estudo realizado em 1993 que teria como finalidade caracterizar o perfil do mercado consumidor chinês. Conforme esse estudo, houve uma grande evolução relativa às aquisições do consumidor durante a década de 1980, sendo que, no início da década de 1990, 184 milhões de pessoas estavam incluídas no mercado consumidor chinês. Embora essa parcela representasse apenas 15,3% da população total, ela ainda seria bastante atrativa, especialmente se levado em conta que esse montante representava a totalidade da população brasileira no início do século XXI.

Braudenberg (2008) destaca ainda nessa pesquisa que dos 184 milhões de pessoas componentes do mercado consumidor em 1993 cerca de 150 milhões de indivíduos formavam o grupo caracterizado pelo consumo em massa. O papel realizado por essa parcela da população foi de extrema importância para a manutenção das altas taxas de crescimento do PIB nacional nos anos 1990. O gasto real do consumidor chinês cresceu a uma taxa de 10% ao ano nesse período, um crescimento invejável se comparado as demais nações do mundo.

Outra característica que vale a pena ser relacionada é o alto nível de poupança efetuado por essa classe média emergente na China. Para se ter uma noção mais exata da sua magnitude, a taxa de poupança chegou a um patamar de 54,30% do PIB nominal em 2008.

**Tabela 4.2: Relação Poupança/PIB Nominal (%)**

<b>1985</b>	34,00	<b>1993</b>	41,40	<b>2001</b>	40,00
<b>1986</b>	35,30	<b>1994</b>	42,50	<b>2002</b>	43,00
<b>1987</b>	36,80	<b>1995</b>	41,10	<b>2003</b>	46,10
<b>1988</b>	35,90	<b>1996</b>	40,50	<b>2004</b>	49,70
<b>1989</b>	35,10	<b>1997</b>	42,30	<b>2005</b>	51,20
<b>1990</b>	37,80	<b>1998</b>	41,00	<b>2006</b>	54,10
<b>1991</b>	38,00	<b>1999</b>	39,50	<b>2007</b>	54,10
<b>1992</b>	37,50	<b>2000</b>	38,20	<b>2008</b>	54,30

Fonte: China Statistical yearbook e Banco Mundial

As razões para esse fenômeno são as mais diversas, o motivo mais usado – e de fato mais simples – é o fato de que os altos níveis de poupança são gerados por razões culturais e dos costumes que a moldaram com o passar das gerações. Sendo assim, noções confucianas que defendem a tradição chinesa em preservar a família, moralidade e prestígio explicam em parte a cultura poupadora do povo chinês. Adicionados ao fator

cultural, existem diversos outros motivos influenciadores da poupança chinesa. Pettis (2008) aponta algumas explicações que nos ajudam a entender melhor esse contexto.

- **seguridade social:** Com sistema de saúde precário, falta de sistema de seguridade social e capacidade limitada para tomar empréstimos, os chineses tem que desenvolver métodos próprios de garantir tais benefícios. Isso significa que poupam em média muito mais do que precisam para cobrir seus gastos futuros.

- **rápido crescimento da riqueza:** Quando riqueza per capita cresce rapidamente, pode levar tempo para as pessoas mudarem seus padrões de consumo, portanto crescimento do consumo ocorre depois do crescimento da riqueza. A diferença entre os dois é a crescente taxa de poupança.

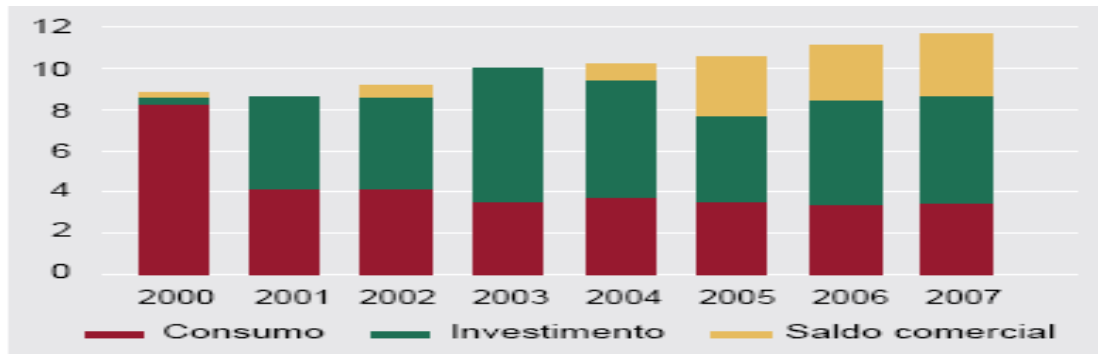
- **crédito escasso para o consumo privado:** diferentemente da maioria dos países ocidentais, a disponibilização de crédito para o consumo privado ainda é bastante rara na China. São raros os bancos ou financeiras que se aventuram no mercado de crédito ao consumidor de pequeno porte, os cartões de crédito – comuns no Brasil – são aceitos em alguns poucos estabelecimentos no país e os financiamentos existentes são na maior parte das vezes disponibilizados para a aquisição de bens de maior valor como: casas, automóveis etc.

- **Políticas direcionadas à manutenção de superávits comerciais:** Superávit comercial ocorre quando produção excede consumo, portanto, qualquer política que objetive crescimento da produção em ritmo mais rápido está implicitamente atrelada à criação de postos de trabalho e geração e aumento da renda, o que proporciona uma maior parcela da população poupar.

O dilema existente entre altas taxas de poupança versus consumo veio à tona após sucessivos períodos de crise econômica pelo mundo. Para tal, o governo chinês vem trabalhando arduamente na redução da dependência do país do mercado externo e intensificou programas que fomentassem o consumo do mercado interno chinês. Este último, por sinal, vem obtendo margens cada vez mais expressivas na participação do PIB nacional, configurando-se entre um dos principais pilares da economia ao lado das exportações líquidas e investimentos em infra-estrutura. De modo que esses últimos poderiam desencadear impactos negativos à China, em caso de um período de recessão prolongada.

Nesse sentido, tornam-se cada vez mais comuns os pacotes econômicos que objetivam o consumo da população, sobretudo no interior do país onde essas taxas são menores.

**Figura 4.1: Composição do crescimento do PIB chinês**



Fonte: Citigroup

Ao analisar os números referentes ao consumo na China é necessário analisá-los em termos absolutos e relativos. Se vistos em termos absolutos, o consumo chinês é expressivamente elevado. A China possui atualmente aproximadamente 350 milhões de consumidores, valor quase duas vezes superior ao total da população brasileira, por exemplo. Ao analisar proporção destes consumidores no total de cidadãos chineses, cerca de 1,3 bilhão, no entanto, este número se torna expressivamente reduzido.

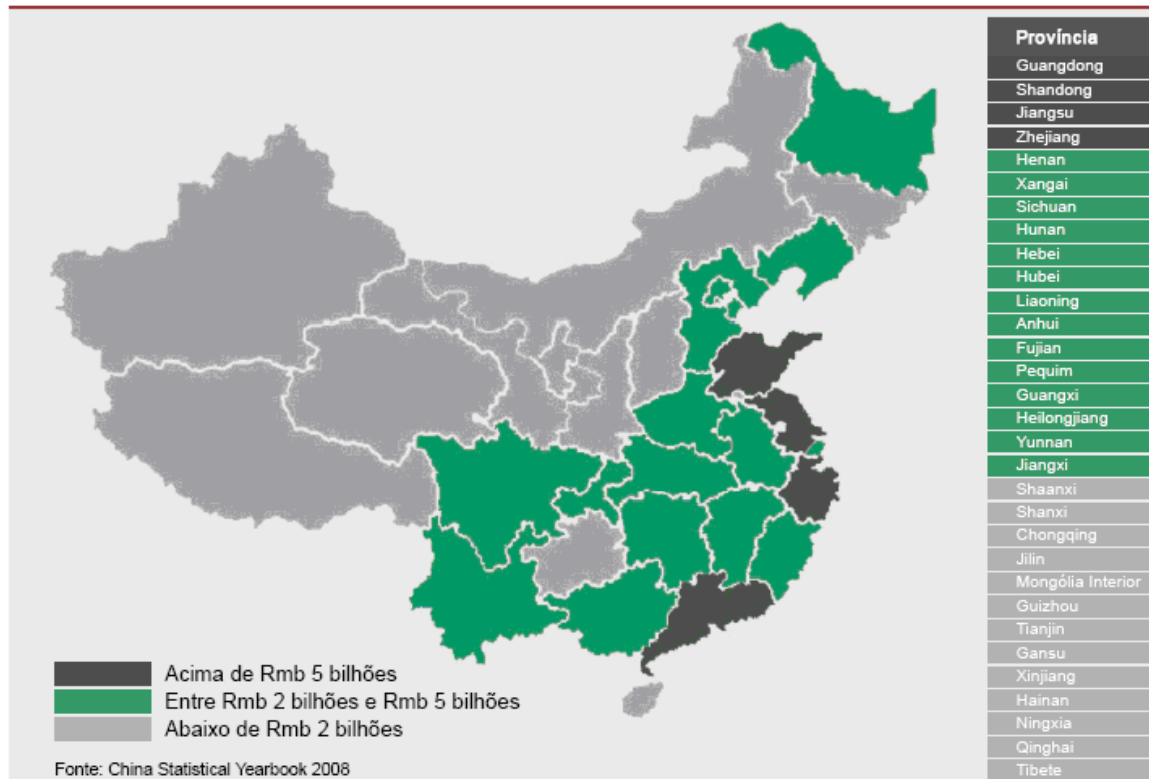
Consumo doméstico familiar ainda está a dar seus primeiros passos no país e aumentá-lo é o grande desafio do governo chinês, uma vez que o cidadão chinês possui inclinação maior a poupar do que consumir. Neste sentido, governo, empresas e varejistas chineses e internacionais têm buscado formular estratégias para criar novos consumidores; também aumentar e diversificar as compras de quem já consumia.

Estima-se que aproximadamente 56,1% (729 milhões de habitantes) da população do país estejam vivendo nas zonas interioranas do país, aumentar o poder de compra dessas pessoas se torna fundamental para manter o ritmo de crescimento econômico do país.

De acordo com estudo realizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China no ano de 2008, a renda per capita média nas grandes metrópoles (maioria localizadas na região litorânea do país) chegou a U\$1,9 mil em 2007 - em Guangzhou, capital da província de

Guangdong o valor ficou acima de US\$3,3 mil – em contrapartida, as cidades do interior têm uma média bastante inferior, de US\$580.

**Figura 4.2: Consumo por província em 2007**



Algumas medidas em âmbito nacional já foram tomadas pelo governo como forma de diminuição da disparidade regional e aquecimento do consumo no país. Paralelamente às medidas adotadas pelo governo, foram também elaborados programas em nível provincial.

“Na província de Shandong, por exemplo, planos de incentivo ao consumo podem ser ilustrados em iniciativas como a devolução, pelo governo, do montante em dinheiro equivalente a 13% dos gastos de quem adquira até dois televisores, dois refrigeradores e dois aparelhos celulares. A idéia geral é fornecer aos consumidores os mesmos benefícios dados aos exportadores de eletrodomésticos e incentivar os fabricantes a dirigir sua produção para consumo interno ao invés de exportar. Além de re-injetar volume expressivo na economia, o desconto concedido aos consumidores foi responsável por aumento das vendas em lojas do setor na província. Ademais, o governo tem buscado aumentar a

renda desses cidadãos e reduzir a poupança destinada às emergências médicas, por meio de redução da carga tributária no campo e da construção de um sistema (ainda que rudimentar) de saúde nas áreas rurais, além outras medidas.” (CARTACHINA, 2008)

O plano de subsídio ao consumo na zona rural é destinado à aquisição de eletrodomésticos, itens bastante almejados pelos cidadãos chineses. Quinze empresas chinesas participam do plano, entre elas Haier, Hinsense e Changhong, famosas fabricantes nacionais de eletrodomésticos. Foi estabelecido um preço máximo para produtos como refrigeradores, telefones celulares e televisores, além de terem sido desenvolvidos modelos especiais para atender aos padrões de exigência do campo, onde ocorrem freqüentes quedas de energia. Os produtos ainda foram adaptados e se tornaram mais simples para atender ao preço máximo estabelecido pelo governo. O projeto garante maior segurança ao consumidor que, agora, pode adquirir produtos de qualidade a baixo custo.

Os projetos de incentivo ao consumo chegam num bom momento, haja vista que a economia chinesa vem sofrendo pressão inflacionária nos últimos anos. Esta é decorrente do aumento de preços dos alimentos destinados a população o que acarretou numa insatisfação crescente por parte da sociedade, significando riscos ao governo.

Os incentivos elaborados pelo PCC visam um aumento do consumo, os efeitos desse conjunto de programas de aquecimento da economia são de longo prazo, a manutenção do crescimento econômico chinês e a menor dependência das exportações passam pelo fortalecimento da demanda doméstica, sobretudo do aumento do poder de compra dos habitantes do interior do país. O efeito imediato das medidas será possivelmente uma redução da pressão exercida sobre o governo em razão da alta nos preços dos alimentos e, conseqüentemente, manutenção da estabilidade política na China.

Vale ressaltar que o mercado consumidor da China possui características que o diferenciam dos demais. Primeiramente a questão de que apenas uma pequena parcela da população é componente da demanda doméstica, sendo que maior parte é formada por consumidores residentes nas áreas urbanas do país. O restante da população reside nas áreas rurais onde praticamente vivem sob condições de subsistência.

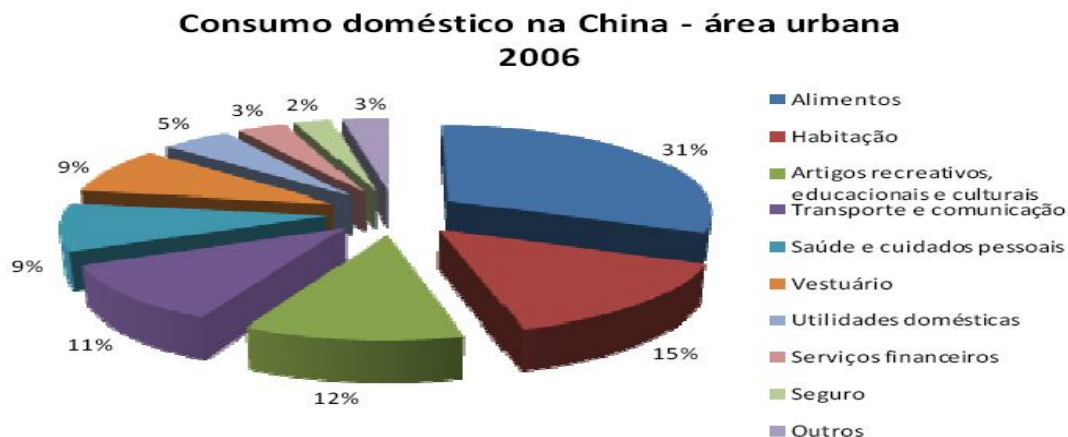
Os programas de erradicação da pobreza realizados pelo governo no passar dos anos transferiu parte dessa população situada abaixo dos níveis de pobreza para níveis aceitáveis de consumo de bens e serviços. Mesmo assim, 56,1% da população na China ainda residiam nas áreas rurais em 2008, aproximadamente 729 milhões de pessoas.

Nas tabelas e gráficos disponibilizados pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) são mostradas, para área urbana e para área rural, as principais categorias de produtos consumidos na China entre 2004 e 2006 e a participação de cada categoria no consumo chinês em 2006.

<b>Consumo doméstico na China - Área urbana</b> (bilhões de US\$)			
	2004	2005	2006
Alimentos	18.473	20.308	22.951
Habitação	8.167	9.491	11.066
Artigos recreativos, educacionais e culturais	6.838	7.405	8.603
Transporte e comunicação	5.550	6.668	8.125
Saúde e cuidados pessoais	5.010	5.852	6.572
Vestuário	4.528	5.378	6.395
Utilidades domésticas	2.720	3.021	3.560
Serviços financeiros	1.852	2.132	2.532
Seguro	1.260	1.485	1.864
Outros	1.609	1.803	2.426
<b>Total</b>	<b>56.007</b>	<b>63.541</b>	<b>74.093</b>

Fonte: China Statistical Yearbook 2007. Elaboração: UIC - APEX-Brasil.

**Figura 4.3 Consumo Doméstico na China – Área Urbana (em bilhões de U\$)**



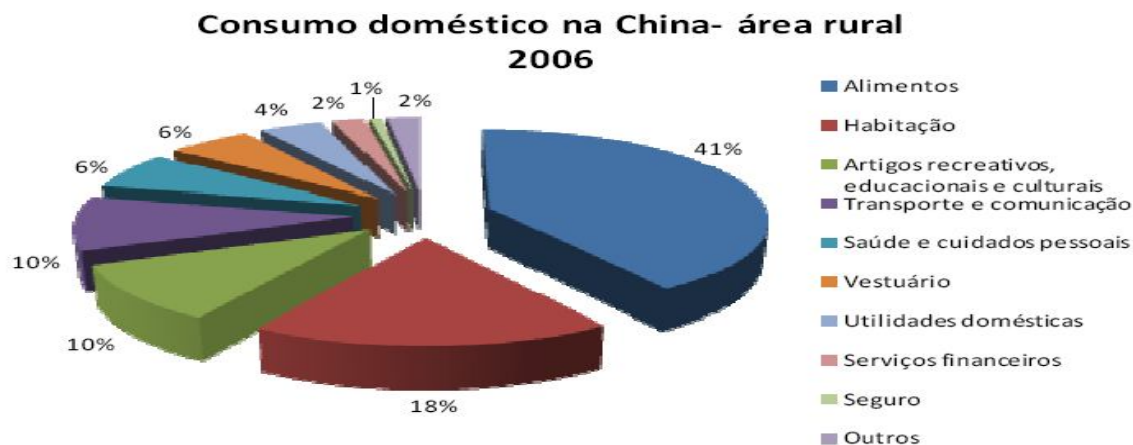
Fonte: China Statistical Yearbook 2007. Elaboração: UIC - Apex-Brasil.

**Figura 4.4: Consumo Doméstico na China – Área Urbana (percentual)**

<b>Consumo doméstico na China - Área rural</b>			
<b>(bilhões de US\$)</b>			
	2004	2005	2006
Alimentos	9.525	9.924	10.764
Habitação	3.436	4.111	4.815
Artigos recreativos, educacionais e culturais	2.286	2.523	2.699
Transporte e comunicação	1.778	2.092	2.554
Saúde e cuidados pessoais	1.223	1.461	1.733
Vestuário	1.109	1.269	1.486
Utilidades domésticas	824	952	1.119
Serviços financeiros	386	450	549
Seguro	139	165	207
Outros	532	555	587
<b>Total</b>	<b>21.238</b>	<b>23.501</b>	<b>26.514</b>

Fonte: China Statistical Yearbook 2007. Elaboração: UIC - APEX-Brasil.

**Figura 4.5: Consumo doméstico na China – Área Rural (em bilhões de U\$)**



Fonte: China Statistical Yearbook 2007. Elaboração: UIC - Apex-Brasil.

**Figura 4.6: Consumo Doméstico na China – Área Rural (percentual)**

Ao analisar os dados disponibilizados anteriormente, verificam-se algumas similaridades de consumo entre a população residida nas áreas urbanas e do campo. Como fatores de convergência destacam-se a concentração dos gastos familiares em poucos setores, principalmente alimentação e habitação (atingindo quase metade dos gastos em 2006) e o crescimento do consumo em ambos os grupos. Todavia, condicionantes de disparidade de renda e consumo são mais facilmente vistos nessa comparação. Prova disso é o enorme abismo existente de valor consumido anualmente

pelas famílias e presença de uma planilha de gastos mais diversificada da população urbana.

## 5 – RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA

O decorrer das últimas décadas foi destacado por um forte desenvolvimento dos países componentes do bloco chamado BRIC. Dentre eles, vale ressaltar a magnitude obtida por Brasil e China no cenário político-econômico internacional. Em comum, destaca-se o fato de ambos os países terem aprofundado o seu vínculo com o mercado mundial, a maneira escolhida por esses países, todavia, se deu em muitas ocasiões de forma diferente; algumas vezes até opostas.

A situação vivida pelos dois países pode ser explicada em grande parte pelas suas trajetórias no decorrer dos anos 1990. Segundo Barbosa e Mendes (2006) enquanto a economia brasileira experimentava o processo de estabilização combinado a uma típica situação de *stop and go*, sem jamais ter crescido a taxas superiores de 5% a.a por mais de dois anos consecutivos; a China se destacou por um dinamismo surpreendente do PIB, ancorado em altas taxas de investimentos direto externo - o que acabou por gerar um forte aumento do volume de exportações do país - pela presença forte do Estado no controle da economia e um crescimento rápido do seu mercado interno. Os resultados desse conjunto de elementos foram anos seguidos de expansão do PIB chinês. A tabela a seguir mostra a evolução do PIB chinês em comparação ao brasileiro no decorrer da década de 90.

**Tabela 5.1: Crescimento PIB chinês (%)**

1990	1991	1992	1993	1994
3.80	9.20	14.20	14.00	13.10
1995	1996	1997	1998	1999
10.90	10.00	9.30	7.80	7.60

Fonte: Banco Mundial



**Tabela 5.2: Crescimento PIB brasileiro (%)**

1990	1991	1992	1993	1994
-4.30	1.51	-0.47	4.67	5.33
1995	1996	1997	1998	1999
4.42	2.15	3.37	0.04	0.25

Fonte: Banco Mundial

No que diz respeito às exportações, a China vem realizando um aperfeiçoamento dos seus bens manufaturados destinados a este segmento, os produtos chineses ganham cada vez mais o mercado mundial através do seu maior valor agregado, fruto dos aumentos de investimentos em P&D. Enquanto o boom de exportações vivenciado pelo Brasil entre as décadas de 90 até 2004 foi fortemente atrelado a expansão do setor de commodities e a desvalorização da moeda nacional nesse período, o que faz com que o país se tornasse cada vez mais dependente das oscilações dos preços estipulados pelo mercado internacional.

A diferença primordial entre os dois países reside no papel que os investimentos e as exportações exerceram em cada um ao longo do tempo. A China aliou-se ao fluxo expansivo de capital e de comércio exterior para ampliar a sua capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que o Brasil ficou preso às oscilações cambiais, o que impossibilitou um maior fluxo de investimentos e o crescimento aceitável do PIB, atrelando o país às rígidas políticas de adequação monetária.

“A China poderia ser classificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural da sua base produtiva; enquanto no Brasil, se a abertura não trouxe a desindustrialização, impediu que o país diversificasse a sua base industrial e promovesse um salto de competitividade nos segmentos mais dinâmicos do comércio internacional.” (BARBOSA & MENDES 2006, pág. 3)

As tabelas a seguir mostram o peso de cada um dos três setores na composição do PIB nacional de Brasil e China

**Tabela 5.3: China - Participação de cada setor na composição do PIB (%)**

ano	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura	13.39	12.24	11.34	11.13	11.31
Serviços	40.38	40.08	39.98	40.37	40.07
Indústria	46.23	47.68	48.68	48.5	48.62

Fonte: Banco Mundial

**Tabela 5.4: Brasil - Participação de cada setor na composição do PIB (%)**

ano	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura	6.91	5.71	5.47	5.82	6.4
Serviços	62.97	65.02	65.75	66.92	66.9
Indústria	30.11	29.27	28.78	27.27	26.7

Fonte: Banco Mundial

A tabela número 5.3 demonstra claramente o rumo que a China tomou após a implementação das políticas econômicas adotadas pelo governo. Verifica-se uma diminuição gradativa do setor agrário na composição do PIB nacional, parte condicionada pelo crescente êxodo rural acontecido no passar das décadas e outra parte pelo montante escasso de investimentos destinados ao setor em comparação com os demais. A parcela representativa composta pelo setor de serviços e industrial demonstra a força que os investimentos externos e a política de abertura comercial tiveram no país, essa se concentra principalmente nas delimitações urbanas de toda China e no caso do setor industrial atinge níveis cada vez mais elevados.

Nota-se a primeira vista que o setor da agricultura no Brasil, assim como na China, obtém uma parcela minoritária na composição do PIB nacional, todavia, o predomínio do setor secundário da economia é enormemente maior que o da indústria. Esta última que vem obtendo índices cada vez menores com o passar dos anos, justificado pela falta de competitividade desse setor perante a concorrência mundial, pelo excesso burocrático em que estes estão inseridos, altos impostos etc.

### ***5.1 Comércio Brasil China***

O Brasil tem mantido relações comerciais com a República Popular da China (RPC) desde os primeiros anos da sua fundação. Todavia, a longa distancia e a falta de políticas de cooperação entre os dois países impossibilitaram que o comércio bilateral fosse mais intenso nas décadas de 50 e 60. Essa situação ganhou novos moldes a partir de 1974, ano em que o governo brasileiro restabeleceu relações diplomáticas com o governo chinês, sendo assim, foram desenvolvidas circunstâncias favoráveis para uma maior aproximação comercial entre os dois países.

As políticas comerciais estabelecidas no período pós 1974 obtiveram tamanho sucesso que em 1985 o valor da corrente comercial sino-brasileira já atingia US\$ 1,41

bilhões sendo 176 vezes superior ao valor obtido em toda a década de 50 (US\$ 8 milhões) e cerca de 80 vezes maior do que o valor obtido em 1974 (US\$ 17,42 milhões). O Brasil representava cerca de 55% do comércio global entre China e os países da América Latina nesse ano. A falta de uma pauta exportadora brasileira mais diversificada adicionada às instabilidades econômicas vivenciadas nos anos seguintes fez com que o intercâmbio de bens entre as duas nações sofresse uma série de oscilações.

A abertura comercial do Brasil no período Collor fez surgir uma nova tendência ascendente no comércio entre os dois países, a corrente comercial no ano de 1993, por exemplo, praticamente dobrou em relação ao ano anterior.

A corrente de comércio bilateral entre Brasil e China vem ganhando maiores proporções nessas últimas duas décadas. Embora essa seja uma tendência verificada também entre Brasil e outros países em desenvolvimento, a relação sino-brasileira merece uma atenção especial, tendo em vista que a China ganha parcela cada vez mais expressivas na pautas de exportação e importação brasileira, e compete hoje com tradicionais parceiros comerciais do Brasil.

“O crescimento do intercâmbio comercial entre os dois países foi particularmente intenso entre 1995 e 2005, tendo a corrente de comércio se multiplicado por cinco, enquanto o total de comércio do Brasil com o mundo dobrou. Esse crescimento reflete um elevado dinamismo tanto das exportações quanto das importações bilaterais brasileiras.” (CASTILHO 2007, pg. 2)

Como apresentado anteriormente, a evolução do comércio Brasil-China foi impulsionada tanto pelo crescimento das exportações quanto das importações. Entre 2000 e 2003, a elevação das exportações ocorreu em ritmo mais acelerado do que nas importações, com expansão média anual de 62% e de 26% respectivamente, o que permitiu gerar saldos comerciais crescentes. Entre 2003 e 2007, observa-se, no entanto, queda na taxa média anual de expansão das exportações para 24,1%, enquanto as aquisições de bens chineses ampliaram-se em 56,7% e ocasionaram a redução de superávits, que culminou em déficit de US\$ 1,9 bilhão em 2007, após seis anos

consecutivos de saldos comerciais positivos. Esta tendência se confirmou também para o ano de 2008; no qual apresentou um déficit comercial de U\$ 3,6 bilhões<sup>11</sup>.

A evolução bilateral sino-brasileira foi extraordinária em um contexto geral, a balança comercial de 2009 divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), mostrou que a China ultrapassou os Estados Unidos como o principal parceiro comercial do Brasil. A corrente de comércio nesse ano chegou a um total de U\$ 36,9 bilhões ultrapassando os U\$ 35,63 bilhões estabelecidos com os EUA.

A ascensão da China ao topo da lista dos maiores parceiros comerciais do Brasil pode ser explicada em partes pelo lento processo de recuperação mundial vivenciado pelos parceiros econômicos tradicionais do Brasil diante de uma conjuntura de crise econômica internacional.

Outra explicação para o crescimento da corrente comercial sino-brasileira, é que ela está atrelada à retomada do setor exportador brasileiro para o país asiático, no qual totalizou uma quantia de U\$ 21 bilhões, quase o dobro do obtido no ano de 2007 (U\$ 10,7 bilhões)<sup>12</sup>; montante fortemente impulsionado pelos produtos básicos, já que os manufaturados também apresentaram redução na pauta exportadora nesse ano. Do outro lado da balança, as importações brasileiras provindas daquele país sofreram uma queda superior a 20% comparado ao ano anterior, tal decréscimo se baseou principalmente em produtos da categoria de combustíveis e lubrificantes, matérias-primas e intermediários, bens de capital e de consumo.

Como já mencionado anteriormente, a corrente de comércio entre Brasil e China atingiu dimensões bastante satisfatórias no passar dos últimos anos, todavia, faz-se necessário que haja uma análise mais aprofundada a respeito das pautas referentes aos produtos importados e exportados pelos países nesse intercâmbio comercial.

Com relação aos bens comercializados entre Brasil e China, conclui-se a partir dos dados fornecidos pelo MDIC que as exportações brasileiras para o país asiático limitam-se na sua maioria em commodities agrícolas e minerais. Para se ter uma idéia, a concentração dessas duas categorias de commodities (minério de ferro e grãos de soja)

---

<sup>11</sup> Valores obtidos no banco de dados disponível na página eletrônica Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

<sup>12</sup> Ver tabela em anexo referente ao histórico comercial estabelecido entre Brasil e China disponibilizado <http://www.mdic.gov.br>.

chegou a um percentual acima de 70% no ano de 2009. Adicionados a essas duas principais categorias, incluem-se também petróleo, fumo em folhas, couro e peles, madeira serrada etc.

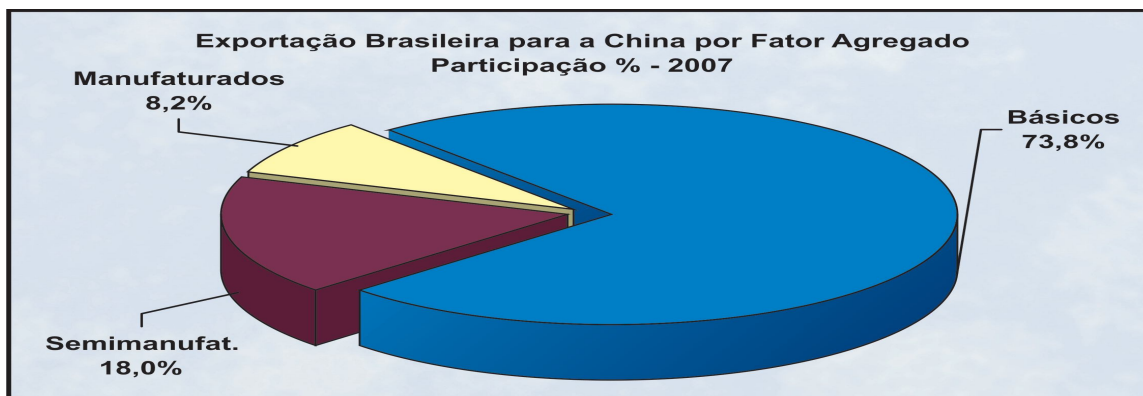
A razão para a forte concentração das exportações brasileiras para esse pequeno número de produtos está vinculada a condicionantes externos e internos do país:

- **soja:** a alta participação dessa commodity no comércio bilateral Brasil-China pode ser explicada pelo fato desta fazer parte dos hábitos alimentares da população chinesa, haja vista que os principais alimentos de consumo diário chinês (*tofu, shoyu* e óleo de cozinha) são compostos a partir desse grão.

Outra explicação reside na questão de que o Brasil está juntamente dos EUA entre os maiores produtores mundiais dessa commodity, apesar da melhor logística de exportação por parte dos americanos no transporte interno e portuário, o Brasil obteve uma maior eficiência principalmente nos fatores relacionados aos custos de produção, relacionados ao baixo valor dos locais de cultivo. No ranking de fornecedores para o mercado chinês em 2007, destacaram-se Argentina (80,1%), seguido pelo Brasil (14,5%) e Estados Unidos (5,2%).

- **minério de ferro:** a demanda chinesa por essa categoria de commodity deriva do modelo de crescimento econômico adotado pelo país, cujo se demonstra ser intensivo no uso de tecnologia e formação de capital fixo. A procura por aço no país é cada vez mais necessária para manutenção das taxas de expansão no país. Todavia, a qualidade do minério de ferro extraído nas minas chinesas é bastante inferior à encontrada em outros países, o que faz com que a China busque o fornecimento desse produto no Brasil por exemplo.

Fazendo a análise a partir dos valores agregados, os produtos básicos representaram 73,8% da pauta exportadora brasileira, seguidos dos semimanufaturados, com 18%, e dos manufaturados com 8,2%.

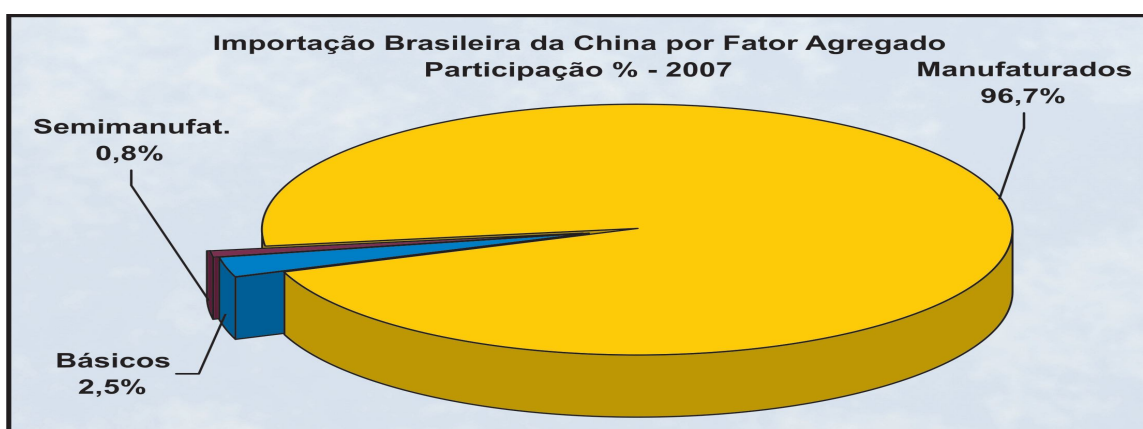


Fonte: SECEX/ MDIC

**Figura 5.6: Exportação Brasileira para a China por fator Agregado em 2007 (%)**

Os bens importados pelo Brasil originados da China se diferem bastante da lista dos bens exportados relacionados anteriormente. A importação brasileira concentrou-se principalmente nos bens de maior valor agregado, a exemplo dos eletrônicos, eletrodomésticos, computadores, aparelhos de telefonia, dispositivos de LCD, motores etc.

A pauta de importações caracterizou-se por itens de maior valor agregado. Bens manufaturados corresponderam a 96,7% das importações, já os básicos representaram 2,5% e semimanufaturados 0,8%.



Fonte: SECEX/ MDIC

**Figura 5.7: Importação Brasileira da China por Fator Agregado em 2007 (%)**

De acordo com o estudo elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) uma característica interessante da pauta de importações brasileiras oriundas da China é que boa parte representa aquisições de produtos direcionados à atividade produtiva. De fato, aproximadamente 76% das compras em 2007 corresponderam a bens de capital e matérias-primas e intermediários, representatividade esta que evoluiu ante a participação de 63,6% registrada em 2003. As importações de bens de consumo representaram somente 22,5% da pauta e não sofreu alteração entre 2003 e 2007.

<b>Importação Brasileira da China por Categorias de Uso 2007 e 2003 - US\$ milhões</b>					
	2007	2003	Var.% 2007/03	Part. %	
				2007	2003
Matérias-primas e intermediários	4.838	807	496,8	38,3	37,6
Bens de Capital	4.713	558	740,6	37,4	26,0
Bens de Consumo	2.833	484	483,0	22,5	22,5
- Não-duráveis	1.095	150	626,0	8,7	7,0
- Duráveis	1.739	334	418,7	13,8	15,5
Combustíveis e lubrificantes	234	298	-21,8	1,9	13,9
<b>Total</b>	<b>12.618</b>	<b>2.148</b>	<b>485,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SECEX/MDIC.

**Tabela 5.5: Importação Brasileira da China por Categorias de Uso (US\$ milhões)**

## *5.2 Principais empresas brasileiras no comércio Brasil-China*

As exportações brasileiras para China englobam grandes volumes financeiros, sendo assim é feito em sua maioria por grandes multinacionais. Dentre as grandes empresas que trabalham nesse processo, destacam-se as firmas cuja atividade principal é a atuação no setor produtor de grãos de soja, óleo de soja e minério de ferro. As cinco maiores empresas destacadas pela Receita Federal seguem na tabela seguinte.

**Tabela 5.6: Maiores empresas exportadoras para a China**

ADM Importadora e Exportadora AS
Bunge Alimentos AS
Cargill Agrícola AS
Cia. Vale do Rio Doce
Minerações Brasileiras Reunidas AS
Samarco Mineração AS

Fonte: Receita Federal

O caminho inverso referente ao fluxo de produtos importados pelo Brasil originados da China também cresceu de maneira bastante significativa.

“Em apenas quatro anos, o número de empresas brasileiras que compram produtos chineses cresceu 135%. No ano passado, 16,8 mil companhias instaladas no país importaram artigos da China, sejam bens de consumo, insumos ou máquinas. Isso significa que cinco em cada dez importadores brasileiros compraram produtos do país asiático em 2009. Junto com a pulverização, cresceu o número de grandes importadores — em 2005, só 12 empresas compravam mais de US\$ 50 milhões dos chineses, número que passou para 41 em 2009.” (Valor Econômico, 2010)

A pauta de produtos importados pelo Brasil apresentou algumas modificações no decorrer desse período. Apesar das empresas de tecnologia (eletroeletrônicos e informática, por exemplo) ainda serem as líderes nas importações brasileiras, o número de empresas atuantes no setor varejista cresceu consideravelmente, caracterizando que a gama de produtos oferecidos pela China vem sendo cada vez mais diversificada.

“De acordo com dados do MDIC, na faixa entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões, o volume de empresas que importam da China também triplicou — de 73 para 226. Além de aumentarem o valor comprado no país asiático, mais empresas passaram a se abastecer por lá. No total, 16,8 mil empresas compraram produtos chineses em 2009—135% mais em apenas quatro anos. O aumento do número de grandes importadores da China é um reflexo da maior participação daquele país nas importações totais do Brasil. Em 2005, os chineses vendiam 7,3% do valor total importado pelos brasileiros. Hoje, essa fatia é de 12,5%. No mesmo período, a participação dos Estados Unidos caiu de 17,2% para 15,7%.” (Valor Econômico, 2010)

O número de empresas poderia ser ainda maior caso não ocorressem as crises econômicas nos EUA e Europa. As empresas produtoras de aço, por exemplo,



diminuíram drasticamente a sua produção em 2009. O setor siderúrgico foi historicamente um grande parceiro nessa relação bilateral entre Brasil e China. A alta qualidade do carvão mineral chinês adicionado ao seu baixo preço de venda surgiu como alternativa de redução de custos diante do acirramento da concorrência no mercado siderúrgico brasileiro e internacional. A prova da importância das siderúrgicas nesse setor está no ranking dos maiores importadores em 2002 no qual três empresas desse setor estavam entre as seis primeiras.

### ***5.3 Perspectivas futuras para a relação comercial entre Brasil e China.***

Analisando os resultados anuais disponibilizados pelo MDIC, chega-se a conclusão de que o fluxo comercial entre os dois países foi crescente no passar dos anos. Todavia, a possibilidade de expansão dos volumes e das variedades de produtos ainda é bastante concreta. Haja vista que o Brasil é apenas o nono colocado entre os maiores fornecedores de insumos à China e não figura nem entre os dez maiores recebedores dos produtos chineses.

Como já citado anteriormente, a pauta exportadora brasileira para o mercado chinês se baseia na venda de produtos primários e semimanufaturados (soja, minério de ferro etc.), enquanto a China concentra o bruto de suas exportações ao Brasil sob forma de bens manufaturados.

Esta troca evidencia, acima de tudo, uma grande desvantagem para o lado brasileiro em termos de intercâmbio de valores agregados. A alta concentração da exportação brasileira sob forma de produtos da categoria das commodities faz com que o país torne-se refém do estabelecimento de preços feito pelo mercado internacional e da flutuação cambial.

Assim, para que o Brasil esteja numa posição mais confortável nessa relação comercial com a China, é necessário que haja um maior esforço do Brasil em melhorar a qualidade dos produtos destinados ao exterior (principalmente ao agregar mais tecnologia) e diversificar a gama de produtos exportáveis.

#### ***5.4 Bens e serviços ainda pouco explorados pelo mercado exportador brasileiro***

- **Alimentos:** a questão alimentar é uma das prioridades governo chinês. O Brasil por sua vez é um dos maiores produtores mundiais de produtos agropecuários e naturalmente candidato a suprir esse mercado consumidor. A visita do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em novembro de 2004 serviu para selar alguns acordos entre os dois países. Dentre eles, realizaram-se importantes negociações na quebra de cotas de importações chinesas de carnes brasileiras e acordos sanitários que capacitaram o Brasil como país apto a exportar alimentos para a China. Todavia, o mercado exportador de alimentos do Brasil para a China, excluindo os derivados da soja, ainda é bastante escasso. A categoria referente a pedaços e miudezas de aves aparece apenas na décima terceira posição em 2010, apenas 0,57% total exportado.

- **etanol:** tornam-se cada vez mais freqüentes os apelos por uma maior consciência ambiental na China. Fontes de energia renováveis ou menos danosas ao meio ambiente são alternativas para a manutenção de um crescimento sustentável no país. O Brasil, um dos maiores produtores de álcool do mundo, poderia surgir como principal fornecedor desse bem ao mercado consumidor chinês. Aliado a isso, faria com que a China tornasse menos dependente do petróleo provindo dos países do Oriente Médio.

- **automóveis híbridos:** seguindo o mesmo raciocínio das exportações do etanol para o mercado chinês, a venda de veículos com a tecnologia bicomustível seria uma alternativa para o Brasil de agregar valor ao seu produto exportado.

- **prestação de consultoria e de serviços (direito internacional e comércio exterior):** apesar do grande avanço econômico chinês nas últimas décadas, as noções de direito público e privado (elaboração de contratos internacionais principalmente) evoluíram em passadas curtas nesse período. Essa situação abre brecha para a entrada de empresas de consultoria e escritórios de advocacia brasileiros que visem atender essa demanda crescente de empresários brasileiros e chineses que entram na corrente comercial Brasil-China.

- **prestação de consultoria e de serviços (construção civil e arquitetura):** como visto anteriormente, o crescimento econômico da China está fortemente atrelado ao desenvolvimento das cidades. A necessidade de formação de novos centros urbanos

aliados a crescente entrada de indivíduos estrangeiros no país gera a necessidade de construção de infra-estruturas mais modernas e paisagens que se assemelham às encontradas internacionalmente. O setor de engenharia e arquitetura brasileiro poderia atuar nesse nicho de mercado.

- **conhecimento e softwares de gestão financeira:** o Brasil possui uma das melhores tecnologias de sistema de gestão financeira do mundo. Softwares de administração bancária, de administração de cartões de crédito e arrecadação de impostos, por exemplo, são utilitários que já foram bastante desenvolvidos no mercado brasileiro. A exportação desse tipo de tecnologia ao mercado chinês pode surgir como alternativa de diversificação e adição de valor da pauta de produtos e serviços exportados pelo Brasil.

- **tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas:** são diversas as tentativas e acordos entre Petrobras e Sinopec (petrolífera estatal chinesa) em viabilizar a transferência de tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em alto mar. O fato da Petrobras ser líder mundial nesse setor aliado a necessidade da China em alcançar novas alternativas de obtenção de petróleo, pode fazer com que ocorra uma parceria bastante interessante para a empresa brasileira, ocasionando assim, a venda de equipamentos e serviços de alta tecnologia que acabam por atrair divisas para o Brasil.

- **tecnologia agropecuária:** a Embrapa atua com biotecnologia em sementes e rebanhos, como também desenvolve tecnologias para correção e melhor aproveitamento de solos, causando uma melhor produtividade das terras. Essa tecnologia poderia ser facilmente exportada à China como forma de solucionar a baixa produtividade dos rebanhos chineses e também na apropriação das terras para o plantio de sementes no país.

Os itens citados anteriormente são alguns exemplos de produtos e serviços que poderiam ser mais bem explorados pelos exportadores brasileiros nas vendas para a China. Como visto, existem vários bens produzidos no Brasil agregados em tecnologia e *know-how* que poderiam diminuir a enorme dependência do setor exportador nacional dos bens primários e assim gerar novas fontes arrecadadoras de divisas internacionais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido desenvolvimento da República Popular da China no decorrer das últimas décadas fez com que o país atingisse um novo patamar no sistema político e econômico mundial. De fato, as drásticas mudanças dos padrões de vida da sociedade chinesa e de outros fatores internos ao país acabaram por provocar conseqüências em todo o mundo.

Conforme constatado na pesquisa, os expressivos avanços nos índices econômicos da China mostram a forte capacidade desta nação em promover o crescimento econômico.

O conjunto de metas e planejamentos adotados desde o governo de Deng Xiaoping no fim da década de 70 e a forma verticalizada que configura a estrutura de governo no país, foram os principais agentes desencadeadores desse processo de mudanças.

As políticas de planejamento econômico se fundamentaram em quatro pilares de apoio, caracterizados como “As Quatro Modernizações”. Neles, estavam inseridas as preocupações dos governantes chineses em gerar avanços nas áreas de defesa nacional, agricultura, indústria e ciência e tecnologia.

As reformas realizadas por Deng no campo serviram para acabar de vez com a preocupação constante da sociedade de que os períodos de fome e miséria pudessem retornar novamente. Através da extinção das improdutivas comunas, de subsídios aos camponeses e incentivos à iniciativa privada a essas pessoas, o PCC conseguiu retomar o crescimento da produtividade no campo e assim suprir a demanda de grãos da população chinesa.

No setor industrial, foram implantadas reformas que consistiam na descentralização da parte produtiva. Algumas atividades de produção industrial que até então eram coordenadas por órgãos administrativos do governo passaram a ficar a cargo das empresas estatais. Foi o ponto de partida para uma maior autonomia dessas empresas além da inserção no mercado. Acarretando assim, na necessidade de modernizações dos parques produtivos e na invenção de produtos capazes de competir nas mesmas condições proporcionadas pelas empresas internacionais.

Outro fator de extrema relevância na reforma industrial chinesa é a criação das ZEE. Cidades próximas a regiões estratégicas foram escolhidas por Deng Xiaoping para promover a captação dos recursos necessários para dar suporte ao desenvolvimento econômico chinês. Ficava sob responsabilidade do Estado o suporte e a manutenção das condições adequadas para o bom funcionamento das empresas internacionais no mercado chinês. Em contrapartida, as empresas estrangeiras se estabeleceriam no país sob a responsabilidade de atrair novos recursos financeiros, agregar conhecimento e tecnologia, criar postos de emprego etc. A mutualidade entre Estado e empresas estrangeiras serviu acima de tudo para fazer com que a nação chinesa se adaptasse da melhor maneira para os desafios que a inserção no capitalismo mundial proporcionava.

Os resultados dessas políticas de abertura econômica se mostraram bastantes positivos no passar dos anos, a década de 1990 foi o maior exemplo. Após o governo estabelecer bases firmes e concretas para a atuação das empresas estrangeiras no país, houve um boom na entrada IDE à China. O que acabou desencadeando num aumento da produção de manufaturados destinados à exportação, possibilitou que houvesse uma ascensão de uma parcela considerável da população da pobreza para a classe média e conseqüentemente, aumentaram-se os níveis de consumo e fortalecimento do mercado interno chinês.

As conseqüências geradas pela forte entrada de recursos externos, todavia, não foram 100% positivas. Prova disso, é a altíssima concentração de regiões onde se aloca esse capital, ocasionando numa intensificação da desigualdade econômica, política e social entre o campo e áreas urbanas e também entre cidades do interior e cidades costeiras da China.

Esse conjunto de fatores acaba influenciando nas altas taxas de migração existentes no país, o que pode se tornar uma questão bastante importante nas próximas políticas do PCC haja vista que a maior parcela da população ainda se encontra vivendo no campo (56,1% em 2006) cuja inserção na economia nacional não se dá de forma integral. A desigualdade de condições existente pode fazer com que essa massa populacional se mova rapidamente em direção aos centros urbanos criando uma pressão por alimentos, aumento da taxa de desemprego, da criminalidade etc.

A respeito da relação bilateral Brasil-China, nota-se no decorrer dos anos que essa se torna cada vez mais estreita. O fluxo comercial, por exemplo, é crescente no passar dos anos. A China é o maior parceiro comercial brasileiro e o Brasil por sua vez, ocupa a nona posição entre os maiores fornecedores de bens e serviços para a China. Como constatado ao longo da pesquisa, nota-se que apesar da relação comercial sino-brasileira já ter atingido escalas bastante consideráveis, ainda tem potencial para maiores expansões.

Ao analisarmos a pauta de exportações brasileiras, constatou-se que está composta em sua maioria por produtos primários de baixo valor agregado. Em contrapartida, os produtos chineses alcançavam o mercado brasileiro sob forma de manufaturas de maior valor. Ressalta-se também que a diversificação da pauta exportadora seria possível se bem elaborada pelos agentes exportadores nacionais. Produtos e serviços brasileiros de maior valor agregado poderiam certamente compartilhar espaço nas exportações com os tradicionais minérios de ferro e soja, tão essenciais à economia chinesa.

## 7 REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. *Brasil, China e Índia: o investimento direto externo nos anos noventa*. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2004.

ACIOLY, Luciana. **China, uma inserção externa diferenciada**. Econômica Política Internacional: Análises estratégicas. Cadernos, Unicamp. 2005

ARRIGHI, Giovanni. . **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Bomtempo, 2008.

ARORA & VAMVAKIDIS, Vivek & Athanasios. **China's Economic Growth: International Spillovers**. Washington, DC: International Monetary Fund, Jul. 2010. (IMF Working Paper)

BERGERE, Marie-Claire. **A economia da China Popular** (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980).

BRANDENBURG, Augusto Cezar. **Discussão dos Investimentos Diretos Externos na China nos Anos 90**. 2003

CARTA CHINA. Ano 5, no 34. Conselho Empresarial Brasil-China. 24 de janeiro 2008a

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 497p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.3)

CEIC DATA 2010. Disponível em < <http://www.ceicdata.com/>>. Acesso: 22 de outubro de 2010

CHUNG, Tom. **Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa**. Osasco/SP: Novo Século Editora, 2005.

DENG, Paul. **Outward investment by Chinese MNCs: Motivations and implications.** Business Horizons, pg 8– 16, 2004.

FISHMAN, Ted C. **China S.A.:** como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping – O homem que pôs a China na cena do século XXI.** Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2007.

MDIC – MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2010 Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 11 de agosto de 2010.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. 2010. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2010.

SECEX – SECRETARIA de Comércio Exterior. 2010 Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

SPENCE, Jonhnatan. **Em busca da China Moderna. Quatro Séculos de história.** São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

STORY, Jonathan. **China a corrida para o mercado:** o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e a nova ordem mundial. São Paulo: Futura, 2004.

TATSUKI, Ota. **The Role of Special Economic Zones in China's Economic Development As Compared with Asian Export Processing Zones : 1979 – 1995.** Tokio. 2003.

THE WORLD BANK, Data & statistics, 2010. Disponível em: <http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/0,,menuPK:476823~pagePK:64165236~piPK:64165141~theSitePK:469372,00.html>. Acesso: 22 de setembro de 2010.



UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. 2010. Disponível em: <[www.unctad.org](http://www.unctad.org)>. Acesso em: 22 de setembro de 2010.

VALOR ECONÔMICO Edição online 2010 <<http://www.valoreconomico.com.br>>. Acesso em: 30 de outubro de 2010.

VIEIRA, Flávio Vilela. **China: crescimento econômico de longo prazo.** *Rev. Econ. Polit.* 2006.

WEI, Sahnng-Jin *The Chinese approach to capital inflows: carrots and sticks, or deeper forces at work?* Washington, DC: International Monetary Fund, Apr. 2005. (IMF Working Paper)

WORLD TRADE ORGANIZATION 2010. Disponível em <<http://www.wto.com>>. Acesso: 22 de outubro de 2010.

## ANEXOS

### A1: Reservas Internacionais da China (em trilhões de US\$)

2001	2002	2003	2004
220 056 778 197.42	297 739 464 635.06	416 199 410 848.77	622 948 552 457.50
2005	2006	2007	2008
831 409 627 748.45	1 080 755 680 184.47	1 546 364 662 907.18	1 966 037 431 955.09

Fonte: Banco Mundial

### A2: Total das exportações brasileiras para a Ásia

Período	US\$ FOB	Peso Líquido(Kg)
01/1995 até 12/1995	8.191.693.675	64.756.996.588
01/1996 até 12/1996	7.813.797.961	66.048.302.323
01/1997 até 12/1997	7.729.651.651	67.608.447.538
01/1998 até 12/1998	5.615.739.480	65.534.034.885
01/1999 até 12/1999	5.732.271.494	67.931.269.774
01/2000 até 12/2000	6.326.889.346	71.927.091.320
01/2001 até 12/2001	6.954.302.604	89.176.600.415
01/2002 até 12/2002	8.798.155.278	101.618.926.401
01/2003 até 12/2003	11.685.388.982	112.472.390.599
01/2004 até 12/2004	14.577.190.712	130.621.341.617
01/2005 até 12/2005	18.565.977.366	146.957.699.541
01/2006 até 12/2006	20.816.366.719	173.065.093.357
01/2007 até 12/2007	25.086.433.209	192.758.639.777
01/2008 até 12/2008	37.442.300.843	198.865.809.523
01/2009 até 12/2009	40.239.044.462	267.278.716.430

Fonte: Aliceweb

### A3: Total das importações brasileiras com a Ásia

<b>Período</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>Peso Líquido(Kg)</b>
01/1995 até 12/1995	8.249.437.841	2.887.768.414
01/1996 até 12/1996	7.638.423.190	2.991.125.170
01/1997 até 12/1997	9.039.653.810	3.476.414.129
01/1998 até 12/1998	7.881.570.489	3.779.127.522
01/1999 até 12/1999	6.474.545.722	3.030.694.013
01/2000 até 12/2000	8.600.182.035	5.076.374.749
01/2001 até 12/2001	8.926.076.560	6.995.080.301
01/2002 até 12/2002	7.995.940.685	9.754.203.981
01/2003 até 12/2003	8.922.964.782	8.389.820.369
01/2004 até 12/2004	12.279.682.349	6.448.996.764
01/2005 até 12/2005	16.870.114.427	6.859.565.806
01/2006 até 12/2006	22.888.165.318	8.195.842.355
01/2007 até 12/2007	30.723.318.986	11.958.588.757
01/2008 até 12/2008	47.130.733.006	14.744.987.228
01/2009 até 12/2009	36.141.037.808	10.420.854.129

Fonte: Aliceweb

A4: Exportações e importações chinesas

US\$ billion			
	Exports	Imports	Balance
1952	0.82	1.12	-0.30
1957	1.6	1.5	0.10
1962	1.49	1.17	0.32
1965	2.23	2.02	0.21
1970	2.26	2.33	-0.07
1975	7.26	7.49	-0.23
1978	9.75	10.89	-1.14
1980	18.12	20.02	-1.90
1985	27.35	42.25	-14.90
1986	30.94	42.91	-11.97
1987	39.44	43.21	-3.77
1988	47.52	55.27	-7.75
1989	52.54	59.14	-6.60
1990	62.09	53.35	8.74
1991	71.84	63.79	8.05
1992	84.94	80.59	4.35
1993	91.74	103.96	-12.22
1994	121.01	115.61	5.40
1995	148.78	132.08	16.70
1996	151.05	138.83	12.22
1997	182.79	142.37	40.42
1998	183.71	140.24	43.47
1999	194.93	165.70	29.23
2000	249.20	225.09	24.11
2001	266.10	243.55	22.55
2002	325.60	295.17	30.43
2003	438.37	412.84	25.53
2004	593.40	561.40	32.00
2005	762.00	660.00	102.00
2006	968.90	791.50	177.40
2007	1,217.80	956.00	261.80
2008	1,428.6	1,233.1	295.46